COORDENAÇÃO
Claudio Henrique de Assis Lopes
e Renata Baptista Zanin

·S·É·R·I·E·
CARREIRAS POLICIAIS

DOUTRINAS PARA CONCURSOS

POLÍCIA CIVIL

6ª edição

EDITORA RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

EXPEDIENTE

FUNDADOR **Italo Amadio (*in memoriam*)**

DIRETORA EDITORIAL **Katia Amadio**

EDITORA **Mônica Ibiapino**

PROJETO GRÁFICO **Sergio A. Pereira**

DIAGRAMAÇÃO **WK Comunicação**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

Doutrinas para concursos polícia civil / coordenadores Henrique de Assis Lopes, Renata Baptista Zanin. – 6.ed. – São Paulo : Rideel, 2026. – (Série carreiras policiais)

Bibliografia.
ISBN 978-85-339-6998-8

1. Concurso público. 2. Direito – Doutrinas – Estudos. 3. Informática. 4. Língua portuguesa. 5. Polícia civil – Concurso público – Preparação. 6. Raciocínio lógico. I. Lopes, Henrique de Assis. II. Zanin, Renata Baptista. III. Série.

CDD 351.81076
04-2026/14 CDU 351.742(094)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Polícia civil : concurso público : Doutrinas : Direito

Aline Graziele Benitez – Bibliotecária - CRB-1/3129

© Todos os direitos reservados à

EDITORA RIDEEL

e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br

EDITORA AFILIADA

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19-2-1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 7 2 6

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE CARREIRAS POLICIAIS

Agradecemos a você que acaba de adquirir uma obra da Série Carreiras Policiais. Esta série foi pensada com o propósito de lhe proporcionar uma preparação diferenciada para os concurseiros que estão focando nas mais variadas carreiras da polícia.

Escritas ou organizadas por professores dos maiores cursos preparatórios do país e que são referência na preparação de candidatos, são livros que trazem legislação selecionada, questões comentadas ou doutrina, ou seja, pensamos em uma linha editorial completa para atender às suas necessidades de estudo em todas as frontes.

Os mais modernos recursos de diagramação e fórmulas de sucesso empregadas em obras da Editora Rideel, que já tem quase 50 anos de experiência na publicação de obras, foram aplicados na coleção.

Nos livros de legislação, algumas obras contam com espaços para anotação, marcação dos artigos mais cobrados nos últimos concursos, índices alfabéticos próprios para as leis mais importantes, quadros de atenção (com as principais pegadinhas das bancas) nos livros de doutrina, entre tantos outros.

Esses facilitadores presentes na Série Carreiras Policiais irão melhorar muito sua apreensão do conteúdo estudado e, consequentemente, seus resultados nas provas.

Legislação de qualidade, doutrina essencial e questões comentadas para revisar todo o conteúdo estudado, essa é a Série Carreiras Policiais da Rideel, conteúdo completo e diversificado para a sua preparação!

Desejamos-lhe boa sorte nos estudos e nas provas. Lembre-se de que os aprovados são sempre os mais bem preparados e que a Rideel está aqui para lhe ajudar neste caminho rumo à aprovação! Avante!

O Editor.

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Após o sucesso de vendas da obra Polícia Civil, da coleção Gabaritado & Aprovado, a Editora Rideel, reconhecida pela excelência de seus produtos, visando garantir uma preparação completa para os candidatos às carreiras da Polícia Civil, tem o prazer de apresentar a obra Doutrinas para Concursos Polícia Civil.

Trata-se de fruto do trabalho de professores experientes e renomados, com profundo conhecimento na preparação de candidatos para os concursos da Polícia Civil.

O conteúdo foi especialmente pensado para permitir a rápida revisão e apreensão das disciplinas fundamentais exigidas nos editais das carreiras: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direitos Humanos, Criminologia, Língua Portuguesa, Informática e Raciocínio Lógico.

Complementando a didática reconhecida e comprovada dos autores, esta obra também traz o já conhecido item "Preste Atenção", presente na obra Polícia Civil – Questões Comentadas, da coleção Gabaritado & Aprovado. Este recurso utilizado pelos professores fará toda a diferença nos seus estudos, pois nele os autores dão dicas importantíssimas para não cair nas pegadinhas das bancas examinadoras.

Por trazer conteúdo na medida certa para uma boa preparação, abordar os principais temas já cobrados em provas anteriores e, também, por ser extremamente didática, temos certeza de que esta obra irá colaborar de maneira fundamental na sua aprovação.

Bons estudos!

O Editor.

NOTA DOS COORDENADORES À 6ª EDIÇÃO

Consolidada pelo sucesso de público e crítica das edições anteriores, apresentamos a 6ª edição da obra *Série Carreiras Policiais – Doutrinas para Concursos*. Esta atualização traz comentários e dicas imprescindíveis para candidatos que buscam ingresso nas carreiras das Polícias Civis. A obra assegura o acesso aos temas de maior incidência nas provas anteriores. Também incorpora as inúmeras atualizações legislativas recentes, que certamente serão cobradas nos próximos certames.

Preservamos a objetividade necessária para otimizar o desempenho em todas as fases (questões objetivas, fase dissertativa e fase oral). Nosso compromisso é garantir uma base doutrinária sólida que contribuirá para a aprovação.

Agradecemos a Deus e às nossas famílias. Dedicamos este trabalho a cada um de vocês, futuros policiais, a quem somos gratos pela confiança depositada em nossa coordenação. Seguimos convictos de que este manual será o diferencial em sua trajetória. O esforço despendido nestas páginas será coroado, em breve, com a conquista do tão almejado distintivo e sua merecida nomeação.

> "Se algum de vocês tem falta de sabedoria, peça a Deus, que a todos dá livremente, de boa vontade; e ela lhe será concedida." (Tiago 1:5)

São Paulo, inverno de 2026.

Claudio Henrique de Assis Lopes

Renata Baptista Zanin

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE CARREIRAS POLICIAIS V
APRESENTAÇÃO DA OBRA VI
NOTA DOS COORDENADORES À 6ª EDIÇÃO VII

DIREITO CONSTITUCIONAL 1

1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 3
1.1 DIREITO CONSTITUCIONAL 3
1.2 CONSTITUCIONALISMO E O CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO 4
1.3 CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES 6
1.4 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E SUA ESTRUTURA 9

2. PODER CONSTITUINTE 11
2.1 ESPÉCIES DO PODER CONSTITUINTE 11

3. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL (OU PODER CONSTITUINTE DIFUSO) 15

4. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 16

5. TEORIAS DA RECEPÇÃO, REPRISTINAÇÃO E DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO ... 18

6. EFICÁCIA E APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS 20

7. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 21
7.1 FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA 25
7.2 OBJETIVOS DA REPÚBLICA 25
7.3 A "TRIPARTIÇÃO" DOS PODERES 26
7.4 PRINCÍPIOS DA REPÚBLICA NAS SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 28

8. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 29
8.1 MOMENTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: PREVENTIVO E REPRESSIVO 32
8.1.1 Do controle preventivo 32
8.1.2 Do controle repressivo 34
8.2 CONTROLE DIFUSO OU CONCRETO OU INCIDENTAL OU DE DEFESA 34
8.2.1 Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 37
8.2.2 Da Súmula Vinculante 38
8.3 CONTROLE CONCENTRADO OU ABSTRATO OU PRINCIPAL OU VIA DE AÇÃO 39
8.3.1 ADIN genérica 41
8.3.2 ADIN interventiva 43
8.3.3 ADIN por omissão 43
8.3.4 Mandado de Injunção 44
8.3.5 ADC (ou ADECON) 45
8.3.6 ADPF 46

9. DIREITOS FUNDAMENTAIS 48

10. DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988) ... 51
10.1 PRINCÍPIO DA IGUALDADE/ISONOMIA 51
10.2 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE 52
10.3 PROIBIÇÃO DA TORTURA 52
10.4 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO 52
10.5 LIBERDADE RELIGIOSA. LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA, CRENÇA E CULTO 53
10.6 LIBERDADES/INVIOLABILIDADES 54
10.7 LIBERDADE DE PROFISSÃO 59
10.8 ACESSO À INFORMAÇÃO – SIGILO DA FONTE 60
10.9 LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO 60

SUMÁRIO

10.10 LIBERDADE DE REUNIÃO/MANIFESTAÇÃO 61
10.11 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO 62
10.12 DIREITO DE PROPRIEDADE 63
10.13 REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA 64
10.14 PROPRIEDADE RURAL DE FAMÍLIA – SUBSISTÊNCIA FAMILIAR 64
10.15 DIREITOS AUTORAIS 65
10.16 DIREITO DE PATENTE – INVENTO INDUSTRIAL 65
10.17 ACESSO À INFORMAÇÃO 65
10.18 DIREITO DE PETIÇÃO 66
10.19 PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO – ACESSO À JUSTIÇA 66
10.20 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL 69
10.21 MANDADO DE CRIMINALIZAÇÃO 70
10.22 INTRANSMISSIBILIDADE DA PENA 72
10.23 EXTRADIÇÃO 72
10.24 PRINCÍPIO DO JUIZ/TRIBUNAL NATURAL 73
10.25 DIREITO AO SILÊNCIO – *NEMO TENETUR SE DETEGERE* 75
10.26 REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS 76

11. DIREITOS SOCIAIS 81

12. NACIONALIDADE 82

13. DIREITOS POLÍTICOS 84

14. PARTIDOS POLÍTICOS 86

15. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO 87
15.1 INTERVENÇÃO FEDERAL 89

16. PODERES DO ESTADO 90
16.1 PODER LEGISLATIVO 90
16.2 PODER EXECUTIVO 93
16.3 PODER JUDICIÁRIO 93

17. DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 94
17.1 ESTADO DE DEFESA – ART. 136 DA CF/1988 94
17.2 ESTADO DE SÍTIO – ARTS. 137 A 139 DA CF/1988 95
17.3 FORÇAS ARMADAS – ARTS. 142 E 143 DA CF/1988 96
17.4 SEGURANÇA PÚBLICA – ART. 144 DA CF/1988 97

REFERÊNCIAS 98

DIREITO ADMINISTRATIVO 101

1. INTRODUÇÃO 103

2. CONCEITO 103

3. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO 104

4. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 105
4.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO 105
4.1.1 Princípio da Legalidade 105
4.1.2 Princípio da Impessoalidade 106
4.1.3 Princípio da Moralidade 106
4.1.4 Princípio da Publicidade 107
4.1.5 Princípio da Eficiência 107
4.2 OUTROS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 108
4.2.1 Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Interesse Privado 108
4.2.2 Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público 108

4.2.3 Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade 109
4.2.4 Princípio da Autotutela 109
4.2.5 Princípio da Motivação 109
4.2.6 Princípio da Especialidade 110
4.2.7 Princípio da Tutela ou Controle 110

5. ACEPÇÕES DA PALAVRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 110
5.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO SUBJETIVO, FORMAL OU ORGÂNICO × ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM SENTIDO OBJETIVO, MATERIAL OU FUNCIONAL 110
5.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA × ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA 110

6. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 111
6.1 FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO: CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO 111
6.2 ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA 112
6.2.1 Autarquias 113
6.2.2 Fundações Públicas 115
6.2.3 Empresas Estatais 115

7. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO 117
7.1 PODER DE POLÍCIA 118
7.1.1 Espécies de Poder de Polícia 118
7.1.2 Atributos ou Características do Poder de Polícia 119
7.1.3 Delegação do Poder de Polícia: Limites e Possibilidades 119
7.2 PODER HIERÁRQUICO 120
7.3 PODER DISCIPLINAR 120
7.3.1 Discricionariedade do Poder Disciplinar 121
7.4 PODER NORMATIVO OU REGULAMENTAR 121

8. ATOS ADMINISTRATIVOS 122
8.1 ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 122
8.1.1 Presunção de Legitimidade e de Veracidade 122
8.1.2 Autoexecutoriedade ou Executoriedade 123
8.1.3 Tipicidade 123
8.1.4 Imperatividade 123
8.2 ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 123
8.2.1 Sujeito ou Competência 123
8.2.2 Objeto 124
8.2.3 Motivo 124
8.2.4 Finalidade 124
8.2.5 Forma 125
8.3 EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO 125
8.4 CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 126
8.4.1 Quanto à Liberdade de Atuação: Atos Vinculados ou Regrados e Atos Discricionários 126
8.4.2 Quanto aos Destinatários: Atos Individuais e Atos Gerais 126
8.4.3 Quanto à Formação da Vontade Ato: Atos Simples, Compostos e Complexos 127
8.4.4 Quanto ao Alcance: Atos Externos e Internos 127
8.4.5 Quanto à Formação: Atos Perfeitos, Imperfeitos, Pendentes e Consumados 127
8.5 ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS 127
8.5.1 Atos Administrativos Normativos 128
8.5.2 Atos Administrativos Ordinatórios 128

SUMÁRIO

8.5.3 Atos Administrativos Negociais 128
8.5.4 Atos Administrativos Enunciativos 128
8.5.5 Atos Administrativos Punitivos ou Sancionatórios 128
8.6 EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 128
8.6.1 Extinção normal ou natural 129
8.6.2 Renúncia 129
8.6.3 Anulação ou Invalidação 129
8.6.4 Caducidade 130
8.6.5 Cassação 130
8.6.6 Revogação 130
8.6.7 Contraposição ou Derrubada 131

9. SERVIÇOS PÚBLICOS 132
9.1 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS 132
9.1.1 Princípio da Continuidade 132
9.1.2 Princípio da Igualdade ou Uniformidade 132
9.1.3 Princípio da Mutabilidade ou Atualidade 133
9.1.4 Princípio da Generalidade ou Universalidade 133
9.1.5 Princípio da Modicidade 133
9.1.6 Princípio da Cortesia 133
9.2 PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DO SERVIÇO PÚBLICO 133
9.3 PRINCIPAIS ASPECTOS DA CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO 134

10. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 135
10.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL 135
10.1.1 Fase da Irresponsabilidade Civil do Estado 135
10.1.2 Fase da Responsabilidade Subjetiva ou Teoria Civilista 135
10.1.3 Fase da Responsabilidade Civil Objetiva ou Teoria Publicista 136
10.2 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 137
10.3 PESSOAS RESPONSÁVEIS À LUZ DO ART. 37, § 6º, DA CF/1988 137
10.4 AÇÃO INDENIZATÓRIA 137
10.4.1 Prazo para Propositura da Ação Indenizatória 138
10.5 AÇÃO REGRESSIVA EM FACE DO AGENTE PÚBLICO 138
10.6 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO 138
10.7 RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS DO PODER LEGISLATIVO E DO PODER JUDICIÁRIO 139
10.7.1 Leis de Efeitos Concretos e Danos Desproporcionais 139
10.7.2 Leis Inconstitucionais 139
10.7.3 Omissão Legislativa 140

11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO 140
11.1 NATUREZA JURÍDICA DO CONTROLE 140
11.2 ESPÉCIES DE CONTROLE 140
11.3 CONTROLE ADMINISTRATIVO 141
11.4 CONTROLE LEGISLATIVO 142
11.5 CONTROLE JURISDICIONAL 142

12. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 142
12.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA LEI Nº 14.230/2021 142
12.1.1 Conceito 142
12.2 MODALIDADES DE ATO DE IMPROBIDADE 143
12.2.1 Ato de Improbidade que gera Enriquecimento Ilícito (Art. 9º) 143
12.2.2 Ato de Improbidade que gera Dano ao Erário (Art. 10) 145

12.2.3 Ato de Improbidade que gera Violação a Princípio da Administração (Art. 11) 147
12.2.4 Elemento subjetivo: dolo específico 150
12.2.5 Natureza jurídica do ato de improbidade, a independência das instâncias e alterações da Lei nº 14.230/2021 150
12.2.6 O sujeito passivo do ato de improbidade administrativa 151
12.2.7 O sujeito ativo do ato de improbidade administrativa 151
12.2.8 Prescrição 153
12.2.9 Da estipulação de prazo para conclusão do inquérito civil para apuração de ato de improbidade 154

13. LICITAÇÃO 154
13.1 INTRODUÇÃO 154
13.2 DOS NOVOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DA REVOGAÇÃO DIFERIDA 155
13.3 CONCEITO DE LICITAÇÃO 155
13.4 QUEM TEM O DEVER DE LICITAR? 155
13.5 OBJETIVOS DA LICITAÇÃO 156
13.6 PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DA LICITAÇÃO 157
13.7 OBJETO DA LICITAÇÃO 157
13.8 MODALIDADES DE LICITAÇÃO 158
13.8.1 Concorrência 159
13.8.2 Tomada de preços 160
13.8.3 Convite 160
13.8.4 Concurso 161
13.8.5 Leilão 162
16.8.6 Pregão 163
13.8.7 Diálogo competitivo 164
13.9 TIPOS DE LICITAÇÃO 164
13.10 CONTRATAÇÃO DIRETA 165
13.10.1 Licitação dispensável 165
13.10.2 Licitação inexigível 166
13.11 FASES DA LICITAÇÃO 167

14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO 168
14.1 CONCEITO 168
14.2 CLASSIFICAÇÃO 168
14.2.1 Quanto à sua extensão, o controle pode ser dividido em três categorias 168
14.2.2 Quanto ao momento do controle, é possível apontar duas formas 168
14.2.3 Quanto ao parâmetro do controle sobre a atuação administrativa, a doutrina aponta duas categorias 168
14.2.4 Quanto à natureza do órgão, entidade ou pessoa responsável por sua efetivação, o controle pode ser dividido em três categorias 169

15. PROCESSO ADMINISTRATIVO 169
15.1 CONCEITO 169
15.2 PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 170
15.2.1 Princípio do devido processo legal 170
15.2.2 Princípio do contraditório 170
15.2.3 Princípio da ampla defesa 171
15.2.4 Princípio da oficialidade 171
15.2.5 Princípio do formalismo moderado (ou informalismo) 171
15.2.6 Princípio da verdade real ou material 172
15.2.7 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade 172

SUMÁRIO

15.2.8 Princípio da duração razoável do processo 172
15.2.9 Princípio da motivação 172
15.3 ATOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 172
15.4 FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 173
15.5 RECURSOS ADMINISTRATIVOS 173
15.5.1 Recurso hierárquico próprio 174
15.5.2 Recurso hierárquico impróprio 174
15.5.3 Pedido de reconsideração 175
15.5.4 Revisão 175
15.6 COISA JULGADA ADMINISTRATIVA 175
15.7 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) 176
15.7.1 Conceito 176
15.7.2 Pluralidade normativa 176
15.7.3 Espécies de processo administrativo disciplinar 176
16. BENS PÚBLICOS 177
16.1 CONCEITO 177
16.2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS 178
16.2.1 Critério da afetação ou destinação pública: bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais 178
16.2.2 Critério da titularidade 179
16.3 REGIME JURÍDICO DOS BENS PÚBLICOS 179
16.3.1 Alienação Condicionada 179
16.3.2 Impenhorabilidade 180
16.3.3 Imprescritibilidade 180
16.3.4 Não onerabilidade 180
16.4 PRINCIPAIS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DE BEM PÚBLICO 180
REFERÊNCIAS 182

DIREITO PENAL 183

1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL 185
1.1 DA ANTERIORIDADE DA LEI PENAL 185
1.1.1 Princípio da Legalidade 185
1.1.2 Princípio da anterioridade 185
1.1.3 Norma penal em branco 186
1.1.4 Norma penal em branco ao avesso 186
1.1.5 Norma penal em branco de fundo constitucional 186
1.1.6 Norma penal em branco ao quadrado 187
1.2 DA LEI PENAL NO TEMPO 187
1.2.1 *Abolitio criminis* 187
1.2.2 *Novatio legis in mellius (lex mitior)* 188
1.2.3 *Novatio legis in pejus (lex gravior)* 188
1.2.4 *Novatio legis* incriminadora 188
1.3 DA LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA 189
1.3.1 Lei penal excepcional 189
1.3.2 Lei penal temporária 189
1.4 TEMPO DO CRIME 190
1.4.1 Teoria da Atividade (ou da ação) 190
1.4.2 Teoria do Resultado (ou do evento ou do efeito) 190
1.4.3 Teoria Mista (ou da ubiquidade) 190

1.5 DA TERRITORIALIDADE 190
1.5.1 Território 191
1.5.2 Território brasileiro por extensão 191
1.5.3 Passagem inocente 192
1.5.4 Princípio da personalidade ou da nacionalidade 192
1.5.5 Princípio do domicílio 192
1.5.6 Princípio da defesa, real ou da proteção 192
1.5.7 Princípio da justiça universal 193
1.5.8 Princípio da representação 193
1.5.9 Princípio da territorialidade e imunidades 193
1.6 LUGAR DO CRIME 193
1.7 DA EXTRATERRITORIALIDADE 194
1.8 DA PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO 195
1.9 DA EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA 196
1.10 CONTAGEM DE PRAZO 197
1.11 DAS FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DA PENA 197
1.12 DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL 197
1.12.1 Subsidiariedade 198
1.12.2 Consunção ou absorção 198
2. DA TEORIA GERAL DO DELITO 199
2.1 CONCEITOS DE CRIME 199
2.1.1 Conceito material 199
2.1.2. Conceito formal 199
2.1.3 Conceito legal 199
2.1.4 Exceções 199
2.1.5. Conceito analítico (dogmático) 200
2.1.6 Conceito bipartido de crime 200
2.1.7 Conceito tripartido de crime 200
2.1.8 Fato típico 201
2.1.9 Elementos do fato típico 201
2.2 CONDUTA (1º ELEMENTO DO FATO TÍPICO) 201
2.2.1 Conduta sob a óptica da teoria finalista 201
2.2.2 Conduta sob a óptica da teoria causalista (clássica ou causal) 201
2.2.3 Conduta sob a óptica da teoria social da ação 201
2.2.4 Crimes comissivos 202
2.2.5 Crimes omissivos 202
2.2.6 Crimes omissivos próprios (ou puros) 202
2.2.7 Crimes omissivos impróprios (ou comissivos por omissão) 202
2.2.8 Crime de conduta mista 203
2.3 RESULTADO (2º ELEMENTO DO FATO TÍPICO) 203
2.3.1 Crimes de perigo 203
2.3.2 Crime material 204
2.3.3 Crime formal (ou de consumação antecipada) 204
2.4 NEXO CAUSAL (3º ELEMENTO DO FATO TÍPICO) 204
2.4.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais 204
2.4.2 Concausas 205
2.5 TIPICIDADE (4º ELEMENTO DO FATO TÍPICO) 206
2.5.1 Tipicidade formal 206
2.5.2 Tipicidade material 206

SUMÁRIO

2.5.3 Tipicidade conglobante 206
2.6. ANTIJURIDICIDADE (ILICITUDE) 207
2.6.1 Caráter indiciário da ilicitude 207
2.6.2 Culpabilidade 207
2.7 ELEMENTOS DA CULPABILIDADE IMPUTABILIDADE (1º ELEMENTO DA CULPABILIDADE) 207
2.7.1 Imputabilidade 207
2.7.2 Inimputabilidade 208
2.7.3 Semi-imputabilidade 208
2.7.4 Emoção e paixão 208
2.7.5 Embriaguez 209
2.7.6 Embriaguez voluntária 209
2.7.7 Embriaguez culposa 209
2.7.8 Embriaguez preordenada 209
2.8 POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE (2º ELEMENTO DA CULPABILIDADE) 209
2.8.1 Potencial consciência da ilicitude 209
2.9 EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA (3º ELEMENTO DA CULPABILIDADE) 210
2.9.1 Exigibilidade de conduta diversa 210

3. CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO 210
3.1 CRIME CONSUMADO (*CONSUMMATUM*) 210
3.2 CRIMES MATERIAIS 211
3.3 CRIMES FORMAIS 211
3.4 CRIMES DE MERA CONDUTA 211
3.5 CRIMES PERMANENTES 211
3.6 CRIMES HABITUAIS 211
3.7 *ITER CRIMINIS* 211
3.7.1 Cogitação 211
3.7.2 Preparação 211
3.7.3 Execução 212
3.7.4 Consumação 212
3.8 CRIME TENTADO (*CONATUS*) 212
3.8.1 Natureza jurídica 212
3.8.2 Punibilidade 212
3.8.3 Regra 213
3.8.4 Exceção 213
3.8.5 Formas de tentativa 213
3.8.6 Inadmissibilidade da tentativa 214

4. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ 214
4.1 NATUREZA JURÍDICA 214
4.2 DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA 214
4.3 ARREPENDIMENTO EFICAZ (RESIPISCÊNCIA) 214
4.4 ARREPENDIMENTO INEFICAZ 214

5. ARREPENDIMENTO POSTERIOR 215

6. CRIME IMPOSSÍVEL 215
6.1 INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO 215
6.2 ABSOLUTA IMPROPRIEDADE DO OBJETO 216
6.3 TEORIAS SOBRE O CRIME IMPOSSÍVEL 216

7. ELEMENTO SUBJETIVO DO CRIME 217
7.1 CRIME DOLOSO 217

7.1.1 Teorias do dolo 217
7.1.2 Espécies de dolo 218
7.2 CRIME CULPOSO 219
7.2.1 Inobservância do dever de cuidado 219
7.2.2 Imprudência 219
7.2.3 Negligência 219
7.2.4 Imperícia 219
7.2.5 Excepcionalidade do crime culposo 219
7.2.6 Culpa inconsciente (sem previsão) 220
7.2.7 Culpa consciente (com previsão) 220
7.2.8 Compensação de culpas 220
7.2.9 Crime culposo e tentativa 220
7.3 CRIME PRETERDOLOSO 221
8. ERRO DE TIPO 221
8.1 ERRO DE TIPO 221
8.2 ERRO INESCUSÁVEL 221
8.3 ERRO ESCUSÁVEL 222
8.4 DESCRIMINANTES PUTATIVAS 223
8.5 ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO 223
8.6 DESCRIMINANTES PUTATIVAS X ERRO DE PROIBIÇÃO 224
9. ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO 224
9.1 ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO 225
9.2 EFEITOS DO ERRO DE PROIBIÇÃO 225
9.3 ERRO DE PROIBIÇÃO INEVITÁVEL 225
9.4 ERRO DE PROIBIÇÃO EVITÁVEL 225
9.5 ESPÉCIES DE ERRO DE PROIBIÇÃO 225
9.5.1 Erro de proibição direto 225
9.5.2 Erro de proibição indireto 226
9.5.3 Erro de proibição mandamental 226
10. EXCLUDENTES DE ILICITUDE 226
10.1 ILICITUDE (ANTIJURIDICIDADE) 226
10.2 EXCLUDENTES DE ILICITUDE 226
10.3 TEORIA UNITÁRIA 228
10.4 TEORIA DIFERENCIADORA 228
10.5 REQUISITOS DO ESTADO DE NECESSIDADE 228
10.6 ESTADO DE NECESSIDADE AGRESSIVO 229
10.7 ESTADO DE NECESSIDADE DEFENSIVO 229
10.8 REQUISITOS DA LEGÍTIMA DEFESA 230
10.9 LEGÍTIMA DEFESA RECÍPROCA 231
10.10 LEGÍTIMA DEFESA SUCESSIVA 231
10.11 ALTERAÇÃO DO "PACOTE ANTICRIME" 231
10.12 LEGÍTIMA DEFESA *VERSUS* ESTADO DE NECESSIDADE 232
10.13 OFENDÍCULOS (*OFFENSACULAS*) 232
11. DO CONCURSO DE PESSOAS 232
11.1 CONCURSO DE PESSOAS 232
11.2 REQUISITOS DO CONCURSO DE PESSOAS 233
11.3 AUTORIA COLATERAL 233
11.4 AUTORIA COLATERAL CERTA 233
11.5 AUTORIA COLATERAL INCERTA 234
11.6 TEORIAS DO CONCURSO DE PESSOAS 234

SUMÁRIO

11.6.1 Quanto à infração 234
11.6.2 Quanto aos sujeitos 235
11.7 AUTORIA E PARTICIPAÇÃO 236
11.7.1 Participação moral 236
11.7.2 Participação material 237
11.7.3 Punibilidade da participação (teorias da acessoriedade) 237
11.7.4 Participação em cadeia 237
11.7.5 Participação sucessiva 237
11.8 AUTORIA MEDIATA 237
11.9 CRIME UNISSUBJETIVO 238
11.10 CRIME PLURISSUBJETIVO (DE CONCURSO NECESSÁRIO) 238
11.11 PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA (OU MÍNIMA) 238
11.12 COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA (DESVIO SUBJETIVO) 238

12. DO CONCURSO DE CRIMES 239
12.1 CONCURSO DE CRIMES 240
12.2 SISTEMAS DE APLICAÇÃO DE PENAS 240
12.3 ESPÉCIES 240
12.3.1 Concurso material (ou real) 240
12.3.2 Concurso formal (ou ideal) 241
12.3.3 Crime continuado (continuidade delitiva) 241

13. DOS CRIMES CONTRA A VIDA E LESÃO CORPORAL 243
13.1 HOMICÍDIO 243
13.1.1 Classificação doutrinária 245
13.1.2 Homicídio simples 246
13.1.3 Homicídio privilegiado 246
13.1.4 Homicídio qualificado 247
13.1.5 Homicídio híbrido 253
13.1.6 Homicídio culposo 253
13.1.7 Figuras majoradas 254
13.2 FEMINICÍDIO 255
13.2.1 Classificação doutrinária 256
13.2.2 Classificação doutrinária 262
13.3 INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO 264
13.3.1 Classificação doutrinária 265
13.3.2 Qualificadoras 267
13.3.3 Figuras majoradas 267
13.3.4 Pacto de morte 270
13.3.5 Roleta russa 270
13.4 INFANTICÍDIO 270
13.4.1 Classificação doutrinária 270
13.5 ABORTO PROVOCADO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO 271
13.5.1 Classificação doutrinária 271
13.6 ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO 273
13.6.1 Classificação doutrinária 273
13.7 ABORTO COM O CONSENTIMENTO DA GESTANTE 273
13.7.1 Classificação doutrinária 273
13.8 FORMA QUALIFICADA (ABORTO MAJORADO) 274
13.9 ABORTOS PERMITIDOS 275
13.9.1 Aborto necessário (terapêutico ou profilático) 275
13.9.2 Aborto sentimental (ético, piedoso, humanitário ou sentimental) 275

13.9.3 Aborto eugenésico (eugênico) 275
13.9.4 Aborto econômico (miserável ou social) 276
13.9.5 Aborto *honoris causa* 276
13.10. LESÃO CORPORAL 276
13.10.1 Classificação doutrinária 278
13.10.2 Lesão corporal de natureza leve 279
13.10.3 Lesão corporal de natureza grave 279
13.10.4 Lesão corporal de natureza gravíssima 280
13.10.5 Lesão corporal seguida de morte (homicídio preterdoloso) 281
13.10.6 Lesão corporal privilegiada 282
13.10.7 Lesão corporal culposa 282
13.10.8 Figuras majoradas 283
13.10.9 Lesão corporal funcional 283
13.10.10 Lesão corporal nas dependências de instituição de ensino 284
13.10.11 Lesão corporal no âmbito doméstico 285
13.10.12 Lesão corporal contra a mulher 285
14. DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE 286
14.1 PERIGO DE CONTÁGIO VENÉREO 286
14.1.1 Classificação doutrinária 286
14.2 PERIGO DE CONTÁGIO DE MOLÉSTIA GRAVE 288
14.2.1 Classificação doutrinária 288
14.3 PERIGO PARA A VIDA OU SAÚDE DE OUTREM 289
14.3.1 Classificação doutrinária 289
14.4 ABANDONO DE INCAPAZ 290
14.4.1 Classificação doutrinária 291
14.5 EXPOSIÇÃO OU ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO 292
14.5.1 Classificação doutrinária 292
14.6 OMISSÃO DE SOCORRO 293
14.6.1 Classificação doutrinária 294
14.7 CONDICIONAMENTO DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EMERGENCIAL 295
14.7.1 Classificação doutrinária 295
14.8 MAUS-TRATOS 296
14.8.1 Classificação doutrinária 296
15. DA RIXA 298
15.1 CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA 298
15.1.1 Objeto jurídico 298
15.1.2 Sujeito Ativo 298
15.1.3 Sujeito Passivo 298
15.1.4 Elemento subjetivo 298
15.1.5 Conduta 298
15.1.6 Consumação 299
15.1.7 Rixa qualificada ou complexa 299
15.1.8 Legítima Defesa 299
15.1.9 Ação Penal 299
16. DOS CRIMES CONTRA A HONRA 299
16.1 CALÚNIA 299
16.1.1 Classificação doutrinária 300
16.1.2 Exceção da verdade 301
16.1.3 Calúnia majorada 301

SUMÁRIO

16.1.4 Exclusão do crime 303
16.1.5 Retratação 303
16.2 DIFAMAÇÃO 304
16.2.1 Classificação doutrinária 304
16.2.2 Exceção da verdade 305
16.2.3 Difamação majorada 305
16.2.4 Exclusão do crime 305
16.2.5 Retratação 305
16.3 INJÚRIA 306
16.3.1 Classificação doutrinária 306
16.3.2 Exceção da verdade 307
16.3.3 Perdão judicial 307
16.3.4 Injúria majorada 307
16.3.5 Injúria qualificada 307
16.3.6 Injúria religiosa 308
16.3.7 Ofensas homofóbicas ou transfóbicas 308
16.3.8 Exclusão do crime 309
16.3.9 Pedido de explicações 309
17. DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL 309
17.1 CONSTRANGIMENTO ILEGAL 309
17.1.1 Classificação doutrinária 310
17.1.2 Figuras majoradas 311
17.1.3 Concurso de crimes 311
17.1.4 Atipicidade do fato 311
17.2 INTIMIDAÇÃO SISTEMÁTICA (*BULLYING*) 311
17.2.1 Classificação doutrinária 312
17.2.2 Figura qualificada 314
17.3 AMEAÇA 314
17.3.1 Classificação doutrinária 315
17.4 PERSEGUIÇÃO 316
17.4.1 Classificação doutrinária 317
17.4.2 Figuras majoradas 318
17.4.3 Concurso de crimes 318
17.5 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER 319
17.5.1 Classificação doutrinária 319
17.6 CRIME INOMINADO 321
17.6.1 Classificação doutrinária 321
17.7 SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO 322
17.7.1 Classificação doutrinária 323
17.7.2 Qualificadoras 324
17.8 REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO 326
17.8.1 Classificação doutrinária 326
17.8.2 Figuras majoradas 328
17.9 TRÁFICO DE PESSOAS 328
17.9.1 Classificação doutrinária 329
17.9.2 Figuras majoradas 330
17.9.3 Figuras privilegiadas 331
18. DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE 331
18.1 VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO 331

18.1.1 Classificação doutrinária 332
18.2 VIOLAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA 334
18.2.1 Classificação doutrinária 335
18.3 CORRESPONDÊNCIA COMERCIAL 337
18.3.1 Classificação doutrinária 337
18.4 DIVULGAÇÃO DE SEGREDO 338
18.4.1 Classificação doutrinária 338
18.5 VIOLAÇÃO DO SEGREDO PROFISSIONAL 340
18.5.1 Classificação doutrinária 340
18.6 INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO 341
18.6.1 Classificação doutrinária 341
19. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 343
19.1 FURTO 343
19.1.1 Classificação doutrinária 345
19.1.2 Furto simples 346
19.1.3 Furto noturno 347
19.1.4 Furto privilegiado (mínimo) 347
19.1.5 Furto de energia 348
19.1.6 Furto de sinal de TV a cabo 348
19.1.7 Furto qualificado 348
19.1.8 Furto contra instituições financeiras 355
19.1.9 Objeto material 355
19.1.10 Furto famélico 355
19.1.11 Furto de uso 355
19.1.12 Sistemas de monitoramento 356
19.1.13 Furto de bagatela 356
19.2 FURTO DE COISA COMUM 356
19.2.1 Classificação doutrinária 356
19.2.2 Exclusão da ilicitude 357
19.3 ROUBO 357
19.3.1 Classificação doutrinária 359
19.3.2 Roubo próprio 360
19.3.3 Roubo impróprio (roubo por aproximação) 360
19.3.4 Roubo circunstanciado (majorado) 361
19.3.5 Roubo contra instituições financeiras 365
19.3.6 Roubo qualificado 365
19.4 EXTORSÃO 368
19.4.1 Classificação doutrinária 369
19.4.2 Extorsão circunstanciada (majorada) 370
19.4.3. Duas ou mais pessoas 370
19.4.4 Emprego de arma 370
19.4.5 Extorsão no contexto do domínio social estruturado 371
19.4.6 Extorsão contra instituições financeiras 371
19.4.7 Extorsão qualificada 371
19.4.8 Sequestro relâmpago 371
19.5 EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO 372
19.5.1 Classificação doutrinária 372
19.5.2 Extorsão qualificada 373
19.5.3 Delação premiada 374

SUMÁRIO

19.5.4 Extorsão mediante sequestro no contexto do domínio social estruturado ..375
19.5.5 Extorsão mediante sequestro contra instituições financeiras ..375
19.6 EXTORSÃO INDIRETA ..375
19.6.1 Classificação doutrinária ..375
19.7 ALTERAÇÃO DE LIMITES ..376
19.7.1 Classificação doutrinária ..377
19.7.2 Usurpação de águas (art. 161, § 1º, I) ..378
19.7.3 Esbulho possessório (art. 161, § 1º, II) ..378
19.8 SUPRESSÃO OU ALTERAÇÃO DE MARCA EM ANIMAIS ..379
19.8.1 Classificação doutrinária ..380
19.9 DANO ..380
19.9.1 Classificação doutrinária ..381
19.9.2 Dano qualificado ..382
19.9.3 Dano contra instituições financeiras ..382
19.10 INTRODUÇÃO OU ABANDONO DE ANIMAIS EM PROPRIEDADE ALHEIA ..383
19.10.1 Classificação doutrinária ..383
19.11 DANO EM COISA DE VALOR ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO OU HISTÓRICO ..383
19.12 ALTERAÇÃO DE LOCAL ESPECIALMENTE PROTEGIDO ..384
19.13 APROPRIAÇÃO INDÉBITA ..384
19.13.1 Classificação doutrinária ..384
19.13.2 Apropriação indébita majorada ..385
19.14 APROPRIAÇÃO DE COISA HAVIDA POR ERRO, CASO FORTUITO OU FORÇA DA NATUREZA ..386
19.14.1 Classificação doutrinária ..386
19.15 ESTELIONATO ..388
19.15.1 Classificação doutrinária ..389
19.15.2 Estelionato privilegiado ..390
19.15.3 Estelionato por equiparação ..391
19.15.4 Estelionato qualificado ..393
19.15.5 Causas de aumento de pena ..394
19.15.6 Estelionato majorado ..394
19.15.7 Estelionato contra instituições financeiras ..395
19.16 FRAUDE COM A UTILIZAÇÃO DE ATIVOS VIRTUAIS, VALORES MOBILIÁRIOS OU ATIVOS FINANCEIROS ..395
19.16.1 Classificação doutrinária ..395
19.17 DUPLICATA SIMULADA ..397
19.17.1 Classificação doutrinária ..397
19.18 ABUSO DE INCAPAZES ..398
19.18.1 Classificação doutrinária ..398
19.19 INDUZIMENTO À ESPECULAÇÃO ..399
19.19.1 Classificação doutrinária ..399
19.20 FRAUDE NO COMÉRCIO ..400
19.20.1 Classificação doutrinária ..400
19.21 OUTRAS FRAUDES ..401
19.21.1 Classificação doutrinária ..402
19.22 RECEPTAÇÃO ..403
19.22.1 Classificação doutrinária ..404
19.22.2 Receptação dolosa própria ..405
19.22.3 Receptação dolosa imprópria ..405
19.22.4 Receptação qualificada ..405

19.22.5 Receptação culposa 406
19.22.6 Receptação majorada 406
19.22.7 Receptação no contexto do domínio social estruturado 407
19.22.8 Receptação de animal 407
19.22.9 Classificação doutrinária 407
19.23 IMUNIDADES PENAIS 409
19.23.1 Classificação doutrinária 409
20. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 410
20.1 ESTUPRO 410
20.1.1 Classificação doutrinária 410
20.1.2 Estupro qualificado 411
20.1.3 Estupro majorado 412
20.1.4 Algumas peculiaridades sobre o crime de estupro 413
20.1.5 Segredo de justiça 413
20.1.6 Monitoramento eletrônico 413
20.1.7 Cadastro nacional 414
20.1.8 Vedação a benefícios 414
20.2 VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE 414
20.2.1 Classificação doutrinária 414
20.2.2 Fraude sexual mediante fraude majorada 415
20.3 IMPORTUNAÇÃO SEXUAL 415
20.3.1 Classificação doutrinária 416
20.3.2 Importunação sexual majorada 417
20.4 ASSÉDIO SEXUAL 417
20.4.1 Classificação doutrinária 417
20.4.2 Assédio sexual majorado 418
20.5 REGISTRO NÃO AUTORIZADO DA INTIMIDADE SEXUAL 419
20.5.1 Classificação doutrinária 419
20.5.2 Registro não autorizado da intimidade sexual majorado 420
20.5.3 Segredo de justiça 420
20.5.4 Monitoramento eletrônico 420
20.6 ESTUPRO DE VULNERÁVEL 420
20.6.1 Classificação doutrinária 421
20.6.2 Estupro de vulnerável qualificado 422
20.6.3 Estupro de vulnerável majorado 422
20.6.4 Presunção absoluta de vulnerabilidade 422
20.6.5 Segredo de justiça 423
20.6.6 Monitoramento eletrônico 424
20.6.7 Cadastro nacional 424
20.7 CORRUPÇÃO DE MENORES 424
20.7.1 Classificação doutrinária 424
20.7.2 Corrupção de menores majorada 425
20.8 SATISFAÇÃO DE LASCÍVIA MEDIANTE PRESENÇA DE CRIANÇA OU DE ADOLESCENTE 425
20.8.1 Classificação doutrinária 425
20.8.2 Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou de adolescente majorada 426
20.9 FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE OU DE VULNERÁVEL 426

SUMÁRIO

20.9.1 Classificação doutrinária 427
20.9.2 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável majorada 428
20.9.3 Segredo de justiça 428
20.9.4 Monitoramento eletrônico 428
20.10 DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO OU DE CENA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, DE CENA DE SEXO OU DE PORNOGRAFIA 429
20.10.1 Classificação doutrinária 429
20.10.2 Figura majorada 430
21. DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA 431
21.1 INCÊNDIO 431
21.1.1 Classificação doutrinária 431
21.1.2 Incêndio majorado 432
21.2 EXPLOSÃO 432
21.2.1 Classificação doutrinária 433
21.2.2 Explosão privilegiada 434
21.2.3 Explosão majorada 434
21.3 USO DE GÁS TÓXICO OU ASFIXIANTE 434
21.3.1 Classificação doutrinária 434
21.3.2 Uso de gás tóxico ou asfixiante majorado 435
21.4 FABRICO, FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO, POSSE OU TRANSPORTE DE EXPLOSIVOS OU GÁS TÓXICO, OU ASFIXIANTE 435
21.4.1 Classificação doutrinária 435
21.4.2 Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante majorado 436
21.5 INUNDAÇÃO 436
21.5.1 Classificação doutrinária 436
21.5.2 Inundação majorada 437
21.6 PERIGO DE INUNDAÇÃO 437
21.6.1 Classificação doutrinária 437
21.6.2 Perigo de inundação majorado 438
21.7 DESABAMENTO OU DESMORONAMENTO 438
21.7.1 Classificação doutrinária 438
21.7.2 Desabamento ou desmoronamento majorado 439
21.8 SUBTRAÇÃO, OCULTAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE MATERIAL DE SALVAMENTO 439
21.8.1 Classificação doutrinária 439
21.8.2 Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento majorado 440
22. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA 440
22.1 INCITAÇÃO AO CRIME 440
22.1.1 Classificação doutrinária 441
22.2 APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO 442
22.2.1 Classificação doutrinária 442
22.3 ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA 442
22.3.1 Classificação doutrinária 443
22.3.2 Associação criminosa majorada 443
22.3.3 Associação criminosa qualificada 444
22.3.4 Figura equiparada (art. 288, § 2º) 444
22.4 CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA 444
22.4.1 Classificação doutrinária 444

22.4.2 Organização paramilitar 445
22.4.3 Milícia privada 446
22.4.4 Grupo ou esquadrão de extermínio 446
23. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA 446
23.1 FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO 446
23.1.1 Classificação doutrinária 447
23.1.2 Documento público por equiparação 448
23.2 FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR 449
23.2.1 Classificação doutrinária 449
23.2.2 Documento particular por equiparação 449
23.3 FALSIDADE IDEOLÓGICA 449
23.3.1 Classificação doutrinária 450
23.4 USO DE DOCUMENTO FALSO 451
23.4.1 Classificação doutrinária 451
23.5 FALSA IDENTIDADE 452
23.5.1 Classificação doutrinária 452
23.6 ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO 453
23.6.1 Classificação doutrinária 453
23.6.2 Crime de adulteração de sinal por equiparação 455
23.6.3 Crime de adulteração de sinal qualificado 456
24. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 456
24.1 PECULATO 456
24.1.1 Classificação doutrinária 457
24.1.2 Algumas peculiaridades sobre o peculato 458
24.2 PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM 459
24.2.1 Classificação doutrinária 460
24.3 INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES 460
24.3.1 Classificação doutrinária 461
24.4 MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES 461
24.4.1 Classificação doutrinária 462
24.5 EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO 463
24.5.1 Classificação doutrinária 463
24.5.2 Advogado 464
24.5.3 Particular 464
24.6 EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS 464
24.6.1 Classificação doutrinária 464
24.7 CONCUSSÃO 465
24.7.1 Classificação doutrinária 466
24.7.2 Algumas peculiaridades sobre a concussão 466
24.8 CORRUPÇÃO PASSIVA 468
24.8.1 Classificação doutrinária 468
24.8.2 Corrupção passiva majorada 469
24.8.3 Corrupção passiva privilegiada 469
24.8.4 Corrupção passiva própria 469
24.8.5 Corrupção passiva imprópria 469
24.8.6 Corrupção passiva antecedente 469
24.8.7 Corrupção passiva subsequente 469
24.8.8 Algumas peculiaridades sobre a corrupção 470

24.9 FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO....470
24.9.1 Classificação doutrinária....470
24.10 PREVARICAÇÃO....471
24.10.1 Classificação doutrinária....472
24.11 CRIME INOMINADO....473
24.11.1 Classificação doutrinária....473
24.12 CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA....474
24.12.1 Classificação doutrinária....474
24.13 ADVOCACIA ADMINISTRATIVA....475
24.13.1 Classificação doutrinária....475
24.14 VIOLÊNCIA ARBITRÁRIA....476
24.14.1 Classificação doutrinária....476
24.15 ABANDONO DE FUNÇÃO....477
24.15.1 Classificação doutrinária....478
24.16 EXERCÍCIO FUNCIONAL ILEGALMENTE ANTECIPADO OU PROLONGADO....479
24.16.1 Classificação doutrinária....479
24.17 VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL....480
24.17.1 Classificação doutrinária....480
24.18 FUNCIONÁRIO PÚBLICO....482
24.18.1 Classificação doutrinária....482
25. DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO....483
25.1 ATENTADO À SOBERANIA....484
25.1.1 Classificação doutrinária....484
25.2 ATENTADO À INTEGRIDADE NACIONAL....485
25.2.1 Classificação doutrinária....485
25.3 ESPIONAGEM....486
25.3.1 Classificação doutrinária....487
25.4 ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO....489
25.4.1 Classificação doutrinária....489
25.5 GOLPE DE ESTADO....491
25.5.1 Classificação doutrinária....491
25.6 INTERRUPÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL....493
25.6.1 Classificação doutrinária....493
25.7 ART. 359-O. (VETADO)....494
25.7.1 Classificação doutrinária....494
25.8 ART. 359-Q. (VETADO)....496
25.8.1 Classificação doutrinária....496
25.9 ART. 359-S. (VETADO)....497
REFERÊNCIAS....497

DIREITO PROCESSUAL PENAL....499
1. INTRODUÇÃO....501
1.1 CONCEITO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL....501
1.2 FONTES DO PROCESSO PENAL....501
1.3 FINALIDADES DO PROCESSO PENAL....501
2. POLÍCIA JUDICIÁRIA E REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÕES....502
2.1 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIRETA PELA ACUSAÇÃO E PELA DEFESA....503
3. INQUÉRITO POLICIAL....504
3.1 CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL E DISCUSSÕES DOUTRINÁRIAS....507

3.1.1 Procedimento administrativo (extrajudicial?) 507
3.1.2 Procedimento escrito (ou preferencialmente oral?) 507
3.1.3 Procedimento oficial 508
3.1.4 Procedimento "oficioso" (obrigatório) 508
3.1.5 Procedimento sigiloso (ou de publicidade restringível?) 509
3.1.6 Procedimento inquisitivo (ou apurativo?) 511
3.1.7 Procedimento discricionário 513
3.1.8 Procedimento informativo e probatório 514
3.1.9 Procedimento (in)dispensável (ou autônomo?) 515
3.1.10 Procedimento indisponível 515
3.1.11 Procedimento temporário 516
3.1.12 Procedimento de judicialização compulsória 517
3.2 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP) 518
3.3 JUIZ DAS GARANTIAS 518
3.4 INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL 521
3.4.1 Formas e peças de instauração de Inquérito Policial 521
3.4.2 Delegado de Polícia natural 522
3.5 NOTÍCIA DO CRIME (*NOTITIA CRIMINIS*) 523
3.6 DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS 524
3.6.1 Preservação de local de crime 525
3.6.2 Apreensão de objetos 527
3.6.3 Colheita de outras provas 527
3.6.4 Oitiva da vítima (declarações) 528
3.6.5 Reconhecimento e acareação 529
3.6.6 Requisição de exame de corpo de delito 529
3.7 DECISÃO DE INDICIAMENTO 530
3.7.1 Momentos do indiciamento 531
3.8 OITIVA DE TESTEMUNHAS (DEPOIMENTOS) 531
3.9 RECONSTITUIÇÃO DO FATO 532
3.10 INCOMUNICABILIDADE DO INDICIADO 532
3.11 CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL 532
3.12 AUXÍLIO À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL 533
3.13 RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS 533
3.13.1 Restituição pelo Delegado de Polícia 534
3.13.2 Restituição pelo Juiz de Direito 534
3.13.3 Coisas facilmente deterioráveis 536
3.14 TERMO CIRCUNSTANCIADO 536
3.14.1 Termo Circunstanciado "indireto", "parcial" ou "postergado" 539
4. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS 540
4.1 SEQUESTRO 540
4.1.1 Sequestro de bens imóveis 540
4.1.2 Sequestro de bens móveis 542
4.2 HIPOTECA LEGAL 543
4.2.1 Requisitos da hipoteca legal 543
4.2.2 Legitimados 543
4.2.3 Processamento da hipoteca 543
4.2.4 Liquidação da hipoteca 544
4.2.5 Cancelamento da hipoteca 544
4.3 ARRESTO 544
4.3.1 Arresto prévio (ou preventivo) 544

SUMÁRIO

4.3.2 Arresto subsidiário de bens móveis 545
4.4 ALIENAÇÃO ANTECIPADA 545
5. AÇÃO PENAL 546
5.1 AÇÃO PENAL PÚBLICA 547
5.2 AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO 547
5.3 AÇÃO PENAL PRIVADA 547
5.4 AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA 548
5.5 DENÚNCIA 548
5.6 REQUISITOS DA DENÚNCIA 548
5.7 PRAZOS PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA 550
5.8 OMISSÃO NO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA NO PRAZO LEGAL 550
5.9 REJEIÇÃO DA DENÚNCIA 551
5.10 ADITAMENTO DA DENÚNCIA 552
5.11 QUEIXA-CRIME 552
5.12 REJEIÇÃO DA QUEIXA-CRIME 553
6. AÇÃO CIVIL *EX DELICTO* 553
7. SUJEITOS PROCESSUAIS 554
7.1 CAUSAS DE IMPEDIMENTO 554
7.2 CAUSAS DE SUSPEIÇÃO 555
7.3 IMPARCIALIDADE DO DELEGADO DE POLÍCIA 555
7.4 SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA, PERITOS E INTÉRPRETES 556
8. JURISDIÇÃO 556
8.1 CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO 556
8.2 PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO PENAL 556
9. COMPETÊNCIA 557
9.1 FINALIDADES DA COMPETÊNCIA 557
9.2 CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO 558
9.3 PERGUNTAS PARA DEFINIR COMPETÊNCIA 558
9.4 COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA (*RATIONE MATERIAE*) 559
9.5 COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA (*RATIONE PERSONAE*) 560
9.5.1 Foro por prerrogativa de função 560
9.6 COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR (*RATIONE LOCI*) 561
9.7 COMPETÊNCIA FUNCIONAL 562
9.8 COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA 562
9.9 CONEXÃO E CONTINÊNCIA 563
9.9.1 Conexão 563
9.9.2 Continência 563
9.10 COMPETÊNCIA POR DISTRIBUIÇÃO, SEPARAÇÃO DE PROCESSOS E FORO PREVALENTE 564
9.10.1 Separação obrigatória de processos 564
9.10.2 Separação facultativa de processos 564
10. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES 565
10.1 CARACTERÍSTICAS DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS 565
10.2 CLASSIFICAÇÕES DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS 565
10.3 EXCEÇÕES 566
10.3.1 Espécies 566
10.3.2 Incompatibilidades e impedimentos 568
10.4 CONFLITO DE JURISDIÇÃO 569
10.4.1 Competência para julgamento de conflitos 569
11. PROVAS 569

11.1 ACEPÇÕES PARA PROVA....570
11.2 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA....570
11.3 PROVAS CAUTELARES, NÃO REPETÍVEIS E ANTECIPADAS....570
11.4 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À PROVA....571
11.5 PROVAS NOMINADAS E INOMINADAS....571
11.6 PROIBIÇÃO DE PROVAS ILÍCITAS....572
11.6.1 Provas ilícitas e provas ilegítimas....572
11.6.2 Prova ilícita por derivação: teoria dos frutos da árvore venenosa....572
11.6.3 Limitações à prova ilícita por derivação....572
11.7 EXAME DE CORPO DE DELITO....573
11.7.1 Assistente técnico....574
11.7.2 Laudo pericial....575
11.7.3 Momento de realização do exame de corpo de delito....575
11.7.4 Autópsia....575
11.7.5 Exumação....575
11.7.6 Exame perinecroscópico....576
11.7.7 Identificação cadavérica....576
11.7.8 Desaparecimento de vestígios....576
11.7.9 Lesões corporais....576
11.7.10 Preservação de local de crime....577
11.7.11 Perícias de laboratório....577
11.7.12 Destruição e rompimento de obstáculo....578
11.7.13 Avaliação de coisas....578
11.7.14 Exame pericial em caso de incêndio....578
11.7.15 Exame grafotécnico....578
11.7.16 Exame de instrumentos do crime....579
11.7.17 Quesitos....579
11.7.18 Exame por precatória....579
11.7.19 Requisição de exame pericial....579
11.7.20 Divergências entre peritos....580
11.7.21 Exame de corpo de delito obrigatório....580
11.8 AUDIÊNCIAS POLICIAIS (OITIVAS)....580
11.8.1 Interrogatório....581
11.9 CONFISSÃO....585
11.10 DECLARAÇÕES DA VÍTIMA....586
11.11 DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS....587
11.12 RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS....589
11.13 ACAREAÇÃO....590
11.14 PROVA DOCUMENTAL....590
11.15 INDÍCIOS....591
11.16 BUSCA E APREENSÃO....592
11.16.1 Espécies....592
11.16.2 Domicílio....593
11.16.3 Busca pessoal....594
12. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA....594
12.1 PRISÃO....594
12.1.1 Fundamento constitucional....595
12.1.2 Fundamento legal....595
12.1.3 Espécies de prisão....595

SUMÁRIO

12.1.4 Prisões cautelares ou provisórias 595
12.2 PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO 596
12.2.1 Funções da prisão em flagrante delito 596
12.2.2 Natureza da prisão em flagrante delito 596
12.2.3 Requisitos da prisão em flagrante delito: temporal (circunstancial) e probatório (indiciário) 596
12.2.4 Flagrante facultativo e obrigatório 597
12.2.5 Flagrante cataléptico 597
12.2.6 Prisão em flagrante delito e Guardas Municipais 598
12.2.7 Estado de flagrante delito (requisito temporal ou circunstancial) 600
12.2.8 Flagrante preparado 601
12.2.9 Flagrante forjado 601
12.2.10 Flagrante esperado 601
12.2.11 Flagrante prorrogado (protelado, retardado ou diferido) 602
12.2.12 Diferenças entre flagrante provocado, forjado, esperado e prorrogado 602
12.2.13 Prisão em flagrante em crimes permanentes 602
12.2.14 Prisão em flagrante e inviolabilidade domiciliar 603
12.2.15 Prisão em flagrante em crimes habituais 605
12.2.16 Audiência policial de apresentação e garantias para a prisão em flagrante (art. 304 do CPP) 605
12.2.17 Criptoflagrante ou flagrante obtuso 606
12.2.18 Testemunhas e auto de prisão em flagrante delito 608
12.2.19 Etapas da prisão em flagrante delito 608
12.2.20 Apresentação espontânea 609
12.2.21 Prisão e emprego de força 610
12.2.21.1 Emprego de algemas 611
12.2.22 Lavratura do auto prisional 612
12.2.23 Comunicações da prisão em flagrante delito 612
12.2.24 Delito na presença ou contra a Autoridade 613
12.2.25 Autoridade responsável para a decisão e formalização 613
12.2.26 Revogação da previsão "se livrar solto" 614
12.2.27 Prisão em flagrante delito e infrações de menor potencial ofensivo 614
12.2.28 Apreciação judicial do auto prisional e a audiência de custódia 614
12.2.28.1 Conversão da prisão em flagrante em preventiva 616
12.2.29 Relaxamento da prisão em flagrante delito ilegal pelo Juiz de Direito 617
12.2.30 Relaxamento da prisão em flagrante delito pelo Delegado de Polícia 619
12.2.31 Análise da infração penal pelo Delegado de Polícia: juízos de tipicidade, ilicitude e culpabilidade 619
12.2.32 Momento da análise de excludentes pelo Delegado de Polícia 621
12.2.33 Prisão em flagrante delito e ação privada e condicionada 621
12.2.34 Direitos do preso em flagrante delito 622
12.3 LIBERDADE PROVISÓRIA E MEDIDAS CAUTELARES 622
12.3.1 Crimes inafiançáveis 624
12.3.2 Obrigações do afiançado 624
12.3.3 Quebra da fiança 624
12.3.4 Cassação da fiança 625
12.3.5 Perda da fiança 625
12.4 PRISÃO PREVENTIVA 625
12.4.1 Requisitos da prisão preventiva (pressupostos + fundamentos + hipóteses de admissibilidade) 625

13. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS 627
13.1 FORMAS DE CITAÇÃO 628
13.2 REQUISITOS DA CITAÇÃO 628
13.3 CITAÇÕES ESPECIAIS 628
13.4 CITAÇÃO POR HORA CERTA 629
13.5 VÍCIOS DA CITAÇÃO 629
13.6 INTIMAÇÃO 629
14. SENTENÇA 630
14.1 CLASSIFICAÇÕES DAS SENTENÇAS 630
14.2 REQUISITOS DA SENTENÇA 631
14.3 SENTENÇA ABSOLUTÓRIA 632
14.4 SENTENÇA CONDENATÓRIA 632
14.5 CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA 633
14.5.1 *Emendatio libelli* 633
14.5.2 *Mutatio libelli* 633
14.6 COISA JULGADA 634
15. PROCESSO COMUM 634
15.1 PROCEDIMENTO ORDINÁRIO 635
15.2 PROCEDIMENTO SUMÁRIO 636
15.3 PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO 636
15.4 PROCEDIMENTO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA (TRIBUNAL DO JÚRI) ... 637
16. PROCESSO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS 638
17. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS IMPUGNATIVAS 639
17.1 PRINCÍPIOS EM MATÉRIA RECURSAL 640
17.2 EFEITOS DOS RECURSOS 641
17.3 APELAÇÃO 641
17.4 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 642
17.5 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 644
17.6 CARTA TESTEMUNHÁVEL 645
17.7 EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE 645
17.8 CORREIÇÃO PARCIAL 645
17.9 AGRAVO EM EXECUÇÃO 646
17.10 RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 646
17.11 *HABEAS CORPUS* 647
17.11.1 Espécies de *habeas corpus* 648
17.12 REVISÃO CRIMINAL 648
PORTARIA DGP-26, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 649
ANEXO (PORTARIA DGP-26, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023) CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS DE SERVIÇO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA 651
REFERÊNCIAS 729

DIREITOS HUMANOS 735

1. DIREITOS HUMANOS – ASPECTOS GERAIS 737
1.1 CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS 737
1.2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS 737
1.3 CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS 743
1.4 FUNDAMENTOS E CONTEÚDO DOS DIREITOS HUMANOS 744
1.5 FONTES DOS DIREITOS HUMANOS 745
1.6 A DIGNIDADE HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS 745

SUMÁRIO

2. AS MINORIAS NOS DIREITOS HUMANOS 749
2.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES 751
2.2 MULHERES 753
2.3 PROTEÇÃO RACIAL 757
2.4 POVOS INDÍGENAS 761
2.5 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 764
2.6 IDOSOS 771
2.7 PACIENTES PORTADORES DE HIV/AIDS 774
2.8 PACIENTES COM CÂNCER 776
2.9 MORADORES DE RUA 779
2.10 REFUGIADOS 781

3. TRATADOS INTERNACIONAIS E SUA INCORPORAÇÃO AO SISTEMA JURÍDICO NACIONAL 784
3.1 TEORIA MONISTA E TEORIA DUALISTA 786
3.2 PRINCÍPIOS DE REGÊNCIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 787
3.3 RELATIVISMO E UNIVERSALISMO 792
3.4 REPOSICIONAMENTO DO CONCEITO DE SOBERANIA 793
3.5 ELABORAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE TRATADOS: A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS 795
3.6 TEORIA DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE 800

4. SISTEMAS JURÍDICOS DE TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS 802
4.1 SISTEMA JURÍDICO NACIONAL 803
4.2 SISTEMA GLOBAL – 1948 803
4.2.1 Organização das Nações Unidas – estrutura e funcionamento 804
4.2.2 Principais documentos de tutela dos Direitos Humanos no sistema global 805
4.3 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL 805
4.4 SISTEMAS REGIONAIS 810
4.4.1 Sistema europeu – 1949 810
4.4.2 Sistema interamericano – 1969 811
4.4.3 Sistema africano – 1981 811
4.4.4 Sistema islamo-árabe – 1990 813
4.4.5 Sistema asiático – 1993 814

5. CARTA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS 816
5.1 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS 817
5.2 PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS 818
5.3 PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS 819

6. CARTAS AMERICANAS 820
6.1 DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM 820
6.2 CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS 822

ANEXO I 824
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS 824

ANEXO II 829
PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS 829

ANEXO III 847
PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS 847

ANEXO IV 857
DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM 857

ANEXO V 861
CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA) 861

REFERÊNCIAS **885**

CRIMINOLOGIA **891**

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE CRIMINOLOGIA **893**
1.1 SURGIMENTO DA PALAVRA CRIMINOLOGIA 893
1.2 CIÊNCIAS CRIMINAIS 893
1.3 CONCEITO DE CRIMINOLOGIA 894
1.4 MÉTODOS DE ESTUDO DA CRIMINOLOGIA 894
1.5 OBJETOS DE ESTUDO DA CRIMINOLOGIA 895
1.5.1 Crime 895
1.5.2 Criminoso 896
1.5.3 Vítima 896
1.5.4 Controle social 897
1.6 FINALIDADES DA CRIMINOLOGIA 898
1.7 CLASSIFICAÇÃO DA CRIMINOLOGIA 898
1.7.1 Criminologia geral 898
1.7.2 Criminologia clínica 898

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRIMINOLOGIA **898**
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS 899
2.2 PERÍODO DA VINGANÇA 899
2.2.1 Fase da vingança privada 900
2.2.2 Fase da vingança divina 900
2.2.3 Fase da vingança pública 900
2.3 PERÍODO HUMANITÁRIO 901
2.4 PERÍODO CIENTÍFICO 901
2.5 SURGIMENTO DA CRIMINOLOGIA COMO CIÊNCIA 902

3. ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS **902**
3.1 ESCOLA CLÁSSICA OU RETRIBUCIONISTA 903
3.1.1 Principais autores da escola clássica 904
3.2 ESCOLA POSITIVA OU DETERMINISTA 906
3.2.1 Principais autores da escola positiva 907
3.3 ESCOLAS INTERMEDIÁRIAS OU ECLÉTICAS 909
3.3.1 Escola cartográfica ou estatística moral 909
3.3.2 Escola de Lyon ou antropossocial 909
3.3.3 Escola italiana ou ***terza scuola*** italiana 910
3.3.4 Escola de política criminal ou moderna alemã 910
3.3.5 Escola correcionalista 911
3.3.6 Movimento psicossociológico 911

4. ETIOLOGIA CRIMINAL OU CRIMINOGÊNESE **911**
4.1 BIOLOGIA CRIMINAL, BIOCRIMINOGÊNESE OU FATORES CONDICIONANTES BIOLÓGICOS (SOMÁTICOS, ENDÓGENOS OU FÍSICOS) 912
4.1.1 Antropometria criminal 912
4.1.2 Antropologia criminal 912
4.1.3 Biotipologia criminal 913
4.1.4 Neurofisiologia criminal 913
4.1.5 Endocrinologia criminal 913
4.1.6 Genética criminal 913
4.2 PSICOLOGIA CRIMINAL, PSICOCRIMINOGÊNESE OU FATORES CONDICIONANTES PSICOLÓGICOS 914
4.2.1 Necessidade de *status* 914

SUMÁRIO

4.2.2 Ego fraco ou abulomania 915
4.2.3 Mimetismo 915
4.2.4 Insensibilidade moral 915
4.2.5 Desejo de lucro imediato 916
4.2.6 Rebeldia 916
4.3 PSIQUIATRIA CRIMINAL OU FATORES CONDICIONANTES PSIQUIÁTRICOS (PSICOPATOLÓGICOS) 917
4.3.1 Alcoolismo e toxicomanias 917
4.3.2 Retardo mental ou deficiência intelectual (oligofrenia) 918
4.3.3 Esquizofrenia 919
4.3.4 Transtorno de humor bipolar 919
4.3.5 Transtorno de ansiedade 920
4.3.6 Transtorno de impulso e obsessivo-compulsivo (TOC) 920
4.3.7 Transtorno sexual (parafilias) 920
4.3.8 Transtorno de personalidade antissocial (*psicopatia*) 921
4.4 SOCIOLOGIA CRIMINAL, SOCIOCRIMINOGÊNESE OU FATORES CONDICIONANTES SOCIAIS (SOCIOLÓGICOS, AMBIENTAIS, EXÓGENOS, MESOLÓGICOS OU DE ENTORNO FÍSICO) 922
4.4.1 Desestruturação familiar 923
4.4.2 Analfabetismo e desemprego 923
4.4.3 Falta de condição econômica ou pobreza 924
4.4.4 Promiscuidade 924
4.4.5 Reenculturação 924
4.4.6 Mal vivência 925
4.4.7 Profissão 926
4.4.8 Prisão 926
4.4.9 Guerra e conflitos civis 926

5. TEORIAS MACROSSOCIOLÓGICAS DA CRIMINALIDADE 927
5.1 TEORIAS DE CONSENSO, FUNCIONALISTAS OU DE INTEGRAÇÃO 928
5.1.1 Escola de Chicago 928
5.1.2 Teoria da associação diferencial ou aprendizagem social 930
5.1.3 Teoria da subcultura delinquente 931
5.1.4 Teoria da anomia 931
5.2 TEORIAS DE CONFLITO 932
5.2.1 Teoria da rotulação, *labelling aproach*, etiquetamento, interacionismo simbólico ou reação social 933
5.2.2 Teoria crítica, radical ou marxista 933

6. TEORIAS PSICOLÓGICAS DA CRIMINALIDADE 935
6.1 TEORIA DA IDENTIFICAÇÃO DIFERENCIAL 935
6.2 TEORIA DOS INSTINTOS 936
6.3 TEORIA DA NEUTRALIZAÇÃO 936
6.4 TEORIA DO DELITO COMO ELEIÇÃO RACIONAL 937
6.5 TEORIA DA CONTENÇÃO PELO CONTROLE INFORMAL 937
6.6 TEORIA DA CONTENÇÃO PELOS VÍNCULOS SOCIAIS 937

7. VITIMOLOGIA 938
7.1 CONCEITO DE VITIMOLOGIA 938
7.2 OBJETOS DE ESTUDO DA VITIMOLOGIA 939
7.3 CONCEITO DE VÍTIMA 939
7.4 FASES DE IMPORTÂNCIA DA VÍTIMA NO SISTEMA PENAL 940
7.4.1 Protagonismo da vítima 940

7.4.2 Neutralização da vítima 940
7.4.3 Redescobrimento da vítima 940
7.5 CLASSIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS 941
7.6 VITIMIZAÇÃO 942
7.6.1 Vitimização primária 942
7.6.2 Vitimização secundária 942
7.6.3 Vitimização terciária 943
7.6.4 Vitimização indireta 943
7.6.5 Heterovitimização 943
7.6.6 Revitimização 943
7.7 VULNERABILIDADE VITIMAL 943
7.8 *ITER VICTIMAE* 944
7.9 VITIMODOGMÁTICA 944
7.10 SÍNDROMES VITIMOLÓGICAS 944
7.10.1 Síndrome de Estocolmo 944
7.10.2 Síndrome de Londres 944
7.10.3 Síndrome da Mulher de Potifar 944
8. PREVENÇÃO DO DELITO 945
8.1 CONTROLE SOCIAL 945
8.2 INSTÂNCIAS DO CONTROLE SOCIAL 946
8.3 ESPÉCIES DE PREVENÇÃO DO DELITO 946
8.3.1 Prevenção primária 946
8.3.2 Prevenção secundária 946
8.3.3 Prevenção terciária 947
8.4 PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AO DELITO 947
8.4.1 Prevenção situacional 947
8.4.2 Prevenção geográfica 948
8.4.3 Prevenção axiológica 948
8.4.4 Prevenção político-social 948
8.4.5 Prevenção vitimária 948
9. SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL 949
9.1 MODELO RETRIBUTIVO, DISSUASÓRIO, PENAL OU CLÁSSICO 949
9.2 MODELO RESSOCIALIZADOR 949
9.3 MODELO (RE)INTEGRADOR, RESTAURADOR OU CONSENSUAL 950
10. PROGNÓSTICO CRIMINOLÓGICO 951
10.1 ESPÉCIES DE PROGNÓSTICO CRIMINOLÓGICO 951
10.1.1 Prognóstico clínico 951
10.1.2 Prognóstico estatístico 951
10.2 CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMINOSOS 951
11. ESTATÍSTICA CRIMINAL 953
11.1 CIFRAS DA CRIMINALIDADE 954
11.1.1 Cifra negra 954
11.1.2 Cifra dourada 954
11.1.3 Cifra cinza 954
11.1.4 Cifra amarela 955
11.1.5 Cifra verde 955
11.1.6 Crime de colarinho-azul 955
12. TÉCNICAS E TESTES CRIMINOLÓGICOS 956
12.1 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA 956

12.1.1 Investigação extensiva 956
12.1.2 Investigação intensiva 956
12.1.3 Investigação-ação 956
12.2 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA 956
12.2.1 Testes projetivos de personalidade 956
12.2.2 Testes de personalidade prospectivos 957
12.2.3 Testes de inteligência 957
13. CRIMINOLOGIA CONTEMPORÂNEA 958
13.1 DIREITO PENAL DO INIMIGO 958
13.2 TEORIA DO CENÁRIO DA BOMBA-RELÓGIO 959
13.3 VELOCIDADES DO DIREITO PENAL 959
13.4 CRIMINOLOGIA VERDE 960
13.5 CRIMINOLOGIA FEMINISTA 960
13.6 CRIMINOLOGIA *QUEER* 960
13.7 *BULLYING* 960
13.8 ASSÉDIO MORAL 961
13.9 *CRIMINAL PROFILING* 961
13.10 DEPOIMENTO ESPECIAL OU SEM DANO 962
REFERÊNCIAS 962

LÍNGUA PORTUGUESA 963

1. ORTOGRAFIA 965
1.1 HOMÔNIMAS E PARÔNIMAS 970
1.2 HOMÔNIMOS HOMÓFONOS 970
1.3 PARÔNIMOS 972
2. ACENTUAÇÃO 973
2.1 TERMINAÇÃO 974
2.2 DITONGO ABERTO 974
2.3 REGRA DO HIATO 974
3. MORFOLOGIA 975
3.1 ESTRUTURA DAS PALAVRAS 976
3.2 FORMAÇÃO DAS PALAVRAS 977
3.2.1 Derivação 977
3.2.2 Composição 977
3.3 OUTRAS FORMAÇÕES DE PALAVRAS 978
4. CLASSES GRAMATICAIS 978
4.1 SUBSTANTIVO 979
4.1.1 Classificação dos substantivos 979
4.1.2 Formação dos substantivos 979
4.1.3 Flexão dos substantivos 980
4.1.4 Plural dos substantivos 981
4.1.5 Casos especiais de plural de substantivo composto 982
4.2 ADJETIVO 983
4.3 ARTIGO 984
4.3.1 Com pronomes possessivos 984
4.4 ADVÉRBIO 985
5. CONCORDÂNCIA NOMINAL 987
5.1 CASOS ESPECIAIS DE CONCORDÂNCIA NOMINAL 987
5.1.1 Adjetivo posposto a dois substantivos 987

5.1.2 Adjetivo anteposto a dois ou mais substantivos 987
5.1.3 Adjetivo composto 987
5.1.4 Obrigado/Mesmo/Próprio 988
5.1.5 Só/Sós 988
5.1.6 Quite/Anexo/Incluso 988
5.1.7 Meio 988
5.1.8 É proibido/É necessário 988
5.1.9 Menos/Pseudo 988
5.1.10 Muito/Bastante 989
5.1.11 Grama 989

6. PRONOMES 990
6.1 PRONOMES PESSOAIS 990
6.1.1 Colocação pronominal 991
6.2 PRONOMES DE TRATAMENTO 993
6.3 PRONOMES DEMONSTRATIVOS 994
6.4 PRONOMES RELATIVOS 995
6.4.1 Pronomes relativos podem ser antecedidos de preposição 997
6.4.2 Pronomes relativos iniciam oração subordinada adjetiva 997
6.5 PRONOMES POSSESSIVOS 999
6.5.1 Empregos dos pronomes possessivos 999
6.6 PRONOMES INDEFINIDOS 999
6.6.1 Usos de alguns pronomes indefinidos 1000
6.7 PRONOMES INTERROGATIVOS 1000

7. CONJUNÇÕES 1001
7.1 CONJUNÇÕES COORDENATIVAS 1002
7.2 CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS 1002

8. VERBO 1004

9. SINTAXE 1009
9.1 FRASE, PERÍODO E ORAÇÃO 1009
9.2 TERMOS DA ORAÇÃO 1009

10. CONCORDÂNCIA VERBAL 1011
10.1 SUJEITO DETERMINADO 1012
10.1.1 Simples 1012
10.1.2 Composto 1013
10.2 SUJEITO INDETERMINADO 1013
10.3 SUJEITO INEXISTENTE 1013
10.3.1 Caso especial de concordância verbal com sujeito inexistente 1014

11. REGÊNCIA 1014

12. REGÊNCIA VERBAL 1015
12.1 VERBOS TRANSITIVOS 1016
12.1.1 Objetos Direto e Indireto Representados por Pronomes Oblíquos 1018
12.1.2 Verbo Intransitivo 1018

13. REGÊNCIA NOMINAL 1020
13.1 SUBSTANTIVOS 1021
13.2 ADJETIVOS 1021
13.3 ADVÉRBIOS 1022

14. CRASE 1022
14.1 A CRASE É FACULTATIVA 1023

SUMÁRIO

14.2 AS SITUAÇÕES NAS QUAIS NÃO EXISTE CRASE....1023

15. PONTUAÇÃO....1024

15.1 PONTO (.)....1025
15.2 DOIS-PONTOS (:)....1025
15.3 RETICÊNCIAS (...)....1025
15.4 PARÊNTESES ( )....1025
15.5 PONTO DE EXCLAMAÇÃO (!)....1025
15.6 PONTO DE INTERROGAÇÃO (?)....1026
15.7 VÍRGULA (,)....1026
15.8 PONTO E VÍRGULA (;)....1027
15.9 TRAVESSÃO (—)....1027
15.10 ASPAS (“ ”)....1027

REFERÊNCIAS....1028

INFORMÁTICA....1229

1. CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O COMPUTADOR E OS SEUS PROGRAMAS....1231

1.1 OS “*WARES*”....1231
1.2 *SOFTWARE* PROPRIETÁRIO X *SOFTWARE* LIVRE....1232
1.3 O *HARDWARE* MAIS A FUNDO....1235
1.3.1 A CPU (Unidade Central de Processamento)....1235
1.4 O CONCEITO DE CORE....1236
1.5 A PLACA-MÃE....1237
1.6 AS MEMÓRIAS DO COMPUTADOR....1240
1.7 OS DADOS DENTRO DO COMPUTADOR....1246
1.8 OS PERIFÉRICOS....1247

2. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS....1248

2.1 O *PROMPT* DE COMANDO....1248
2.2 A ÁREA DE TRABALHO DO WINDOWS 10....1252
2.3 A BARRA DE TAREFAS....1253
2.4 A LIXEIRA....1253
2.5 ARRASTAR E SOLTAR ARQUIVOS ENTRE AS UNIDADES DA MÁQUINA....1254
2.6 RECURSOS PARA TRATAMENTO DE JANELAS NO WINDOWS (A PARTIR DO WINDOWS 7)....1254
2.7 AS BIBLIOTECAS DO WINDOWS....1256
2.8 NAVEGANDO NA INTERNET E NA SUA MÁQUINA....1257
2.9 NOMEANDO ARQUIVOS....1259
2.10 GERENCIADOR DE TAREFAS....1261
2.11 PAINEL DE CONTROLE....1262

3. EDITOR DE TEXTO WORD....1270

3.1 CONCEITOS IMPORTANTES SOBRE O PACOTE OFFICE E O EDITOR DE TEXTO WORD....1270
3.2 CONHECENDO MELHOR A NOVA INTERFACE DE TRABALHO ATRAVÉS DA FAIXA DE OPÇÕES....1272
3.3 AS RÉGUAS DO WORD E A UTILIZAÇÃO DE MARGENS, RECUOS E OS TABULADORES....1275
3.4 CONHECENDO CADA GUIA DA FAIXA DE OPÇÕES....1280
3.4.1 Guia Arquivo....1280
3.4.2 Guia Página Inicial....1282
3.4.3 Guia Inserir....1287
3.4.4 Guia *Design*....1292
3.4.5 Guia *Layout*....1292

3.4.6 Guia Referência 1294
3.4.7 Guia Correspondência 1296
3.4.8 Guia Revisão 1298
3.4.9 Guia Exibir 1301

4. PLANILHA ELETRÔNICA EXCEL 1302
4.1 CONHECENDO A PLANILHA ELETRÔNICA EXCEL 1303
4.2 CONHECENDO A GUIA PÁGINA INICIAL 1312
4.3 CONHECENDO A GUIA INSERIR 1318
4.4 CONHECENDO A GUIA *LAYOUT* DA PÁGINA 1322
4.5 CONHECENDO A GUIA FÓRMULAS 1325
4.6 CONHECENDO A GUIA DADOS 1357
4.7 CONHECENDO A GUIA REVISÃO 1358
4.8 CONHECENDO A GUIA EXIBIR 1359

5. EDITOR DE APRESENTAÇÃO POWERPOINT 1362
5.1 CONCEITOS IMPORTANTES SOBRE O EDITOR DE APRESENTAÇÃO POWERPOINT 1362
5.2 GUIA PÁGINA INICIAL 1363
5.3 GUIA INSERIR 1365
5.4 GUIA *DESIGN* 1366
5.5 GUIA TRANSIÇÃO 1367
5.6 GUIA ANIMAÇÃO 1367
5.7 GUIA APRESENTAÇÃO DE *SLIDES* 1369

6. INTERNET 1373
6.1 CONCEITOS IMPORTANTES SOBRE A INTERNET 1373
6.2 REDE DE TRANSMISSÃO DE DADOS POR COMUTAÇÃO DE PACOTES (TCP) 1377
6.3 IP (*INTERNET PROTOCOL*) OU PROTOCOLO DE INTERNET 1379
6.4 COMO FUNCIONA A INTERNET 1381
6.5 MODOS DE ACESSO À INTERNET 1382
6.6 INTRANET × EXTRANET 1383
6.7 NAVEGADORES 1384
6.8 PÁGINA INICIAL 1390
6.9 *COOKIES* 1391
6.10 *FEEDS* (RSS) 1392
6.11 *PLUG-IN* 1393
6.12 SERVIDOR *PROXY* 1394
6.13 DOMÍNIO 1394
6.14 URL (UNIFORM RESOURCE LOCATOR – LOCALIZADOR UNIFORME DE RECURSOS) 1400
6.15 COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING) 1402

7. CORREIO ELETRÔNICO 1404
7.1 SURGIMENTO DO CORREIO ELETRÔNICO 1404
7.1.1 Correio Cliente × Correio Webmail 1405
7.2 PROTOCOLOS DE CORREIO ELETRÔNICO 1406
7.3 COMO CONFIGURAR OS PROTOCOLOS DE RECEBER E ENVIAR *E-MAIL* NO SEU CORREIO ELETRÔNICO 1408
7.4 CAMPOS E ELEMENTOS DE UM CORREIO ELETRÔNICO 1409
7.5 ANEXOS DE *E-MAIL* 1410
7.6 ASSINATURA DE *E-MAIL* × ASSINATURA ELETRÔNICA × ASSINATURA DIGITAL 1411

8. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO 1412
8.1 OS TRÊS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO 1412

SUMÁRIO

8.2 ATAQUES PASSIVOS X ATAQUES ATIVOS 1413
8.3 MALWARES (*SOFTWARES* MALICIOSOS) 1416
8.4 PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO 1417
8.4.1 Autenticação Multifator (MFA) 1417
8.4.2 *Firewall* 1418
8.4.3 Cuidados gerais para proteger contra ataques e ameaças 1420

9. *DEEP WEB* E *DARK WEB*, CRIPTOMOEDAS E PROVAS DIGITAIS 1421
9.1 COMO FUNCIONA A *DEEP WEB*? 1421
9.2 A PRIVACIDADE DA *DEEP WEB* 1422
9.3 AS PARTICULARIDADES DA REDE TOR 1423
9.4 O QUE É A *DARK WEB*? 1424
9.5 COMO FUNCIONA A *DARK WEB*? 1424
9.6 É ILEGAL VISITAR E USAR OS SITES NA *DARK WEB*? 1425
9.7 O QUE SÃO CRIMES CIBERNÉTICOS? 1425
9.8 QUAIS SÃO AS MOTIVAÇÕES POR TRÁS DOS CRIMES CIBERNÉTICOS? 1426
9.9 CONHECENDO ALGUNS CRIMES CIBERNÉTICOS 1427
9.10 O QUE É UMA CRIPTOMOEDA? 1428
9.11 QUAL A IMPORTÂNCIA DO *BLOCKCHAIN* PARA O SUCESSO DAS CRIPTOMOEDAS? 1429
9.12 O QUE É UMA PROVA DIGITAL? 1429

10. LISTA DE FIGURAS 1431

RACIOCÍNIO LÓGICO 1439

1. PROPOSIÇÃO 1441
2. SENTENÇAS ABERTAS 1442
3. EMPREGO DE DIAGRAMAS DE VENN NA ANÁLISE DO SILOGISMO 1444
3.1 REPRESENTAÇÃO DE SILOGISMO POR MEIO DE DIAGRAMAS 1444
3.2 COLOCANDO EM PRÁTICA 1445
4. PROPOSIÇÕES CONTRADITÓRIAS 1450
5. CONECTIVO LÓGICO 1453
5.1 O CONECTIVO "NÃO" (NEGAÇÃO) ($\neg$, ~) 1454
5.2 O CONECTIVO CONJUNÇÃO (E): $\wedge$, & 1455
5.3 O CONECTIVO DISJUNÇÃO INCLUSIVA (OU): $\vee$ 1457
5.4 O CONECTIVO DISJUNÇÃO EXCLUSIVA (OU...OU): $\vee$ 1459
5.5 O CONECTIVO IMPLICAÇÃO MATERIAL (SE...ENTÃO): $\rightarrow$, $\Rightarrow$, $\supset$ 1460
5.6 O CONECTIVO BICONDICIONAL (SE E SOMENTE SE): $\leftrightarrow$, $\equiv$, = ... 1462
6. TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA 1464
6.1 TAUTOLOGIA 1465
6.2 CONTRADIÇÃO 1467
6.3 CONTINGÊNCIA 1469
7. NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA 1470
7.1 NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÃO SIMPLES 1470
7.2 NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÃO COMPOSTA 1471
7.2.1 Negação de uma proposição conjuntiva (e) 1471
7.3 NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO DISJUNTIVA (OU) 1472
7.4 NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO CONDICIONAL ($\rightarrow$) 1472
7.5 NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO BICONDICIONAL ($\leftrightarrow$) 1474
7.6 NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO DISJUNÇÃO EXCLUSIVA (OU...OU) 1474
8. EQUIVALÊNCIA LÓGICA 1476

8.1 EQUIVALÊNCIAS NOTÁVEIS 1476
8.1.1 Equivalência da condicional (→) 1476
8.1.2 Equivalência da disjunção inclusiva (ou) 1479
8.1.3 Equivalência da bicondicional (↔) 1481
8.1.4 Equivalência da disjunção exclusiva (ou...ou) 1482
9. LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO 1483
10. TEORIA DOS CONJUNTOS 1490
10.1 TEORIA DOS CONJUNTOS COM DOIS DIAGRAMAS 1491
10.2 TEORIA DOS CONJUNTOS COM TRÊS DIAGRAMAS 1495
11. VERDADES E MENTIRAS 1503
12. SEQUÊNCIAS LÓGICAS 1510
13. ASSOCIAÇÕES LÓGICAS 1516
Valor Lógico (Tabela-verdade) 1527
14. ARGUMENTOS 1529
14.1 REPRESENTAÇÃO DE UM ARGUMENTO 1530
14.2 ARGUMENTOS DEDUTIVOS E INDUTIVOS 1530
15. VALIDADE DE UM ARGUMENTO 1531
16. SILOGISMOS CATEGÓRICOS 1534
16.1 PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS 1535
16.1.1 Quantificadores 1535
17. FIGURAS DO SILOGISMO 1535

1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1.1 DIREITO CONSTITUCIONAL

Segundo a doutrina mais tradicional, o direito constitucional é a ciência que se volta ao estudo das normas constitucionais, que por sua vez devem ser entendidas como sendo um conjunto de regras e princípios que estruturam o país.

Silva (2013, p. 32) afirma que o direito constitucional é "Direito Público fundamental por referir-se diretamente à organização e funcionamento do Estado, à articulação dos elementos primários do mesmo e ao estabelecimento das bases da estrutura política".

Nesses termos, portanto, teríamos uma divisão inerente aos ramos dos direitos entre Direito Público e Direito Privado. Contudo, modernamente tal dicotomia já não apresenta total pertinência.

Segundo Lenza (2018, p. 74), "modernamente, vem sendo dito que o direito é uno e indivisível, indecomponível. O direito deve ser definido e estudado como um grande sistema, em que tudo se harmoniza no conjunto. A divisão em ramos do direito é meramente didática, a fim de facilitar o entendimento da matéria, vale dizer: questão de conveniência acadêmica".

De qualquer forma, o objeto de estudo desse ramo do direito é a norma constitucional. Caso esteja ligada à Constituição de um Estado determinado, teremos o Direito Constitucional Particular ou Específico, caso esteja ligado a vários ordenamentos jurídicos, podemos classificá-lo de Direito Constitucional Geral e, por fim, ainda teremos o Direito Constitucional Comparado em que duas ou mais Constituições são estudas traçando semelhanças e diferenças.

Reale (2002, p. 14) afirma que o Direito Constitucional tem por objeto o sistema de regras referente à organização do Estado, no tocante à distribuição das esferas de competência do poder político, assim como no concernente aos direitos fundamentais dos indivíduos para com o Estado, ou como membros da comunidade política.

As fontes do direito, segundo a doutrina mais tradicional, são divididas entre fontes formais (estatais e não estatais) e fontes materiais.

As fontes formais estatais indicam a própria legislação e a jurisprudência, as não estatais, por sua vez, abrangem o costume jurídico, doutrina e as convenções em geral ou negócios jurídicos.

As "fontes materiais ou reais são não só fatores sociais, que abrangem os históricos, os religiosos, os naturais (clima, solo, raça, natureza geográfica do território, constituição anatômica e psicológica do homem), os demográficos, os higiênicos, os políticos, os econômicos e os morais (honestidade, decoro, decência, fidelidade, respei-

DIREITO ADMINISTRATIVO

Patricia Chalfun

- Delegada de Polícia do Estado de São Paulo.
- Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL.
- Especialista em Direito Tributário pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Autora de obras jurídicas coletivas para concursos públicos e artigos jurídicos.
- Palestrante.
- Professora de Direito Administrativo no Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS.
- Professora de Direitos Humanos da pós-graduação em Segurança Pública no CERS.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo a seleção de temas atuais e importantes de Direito Administrativo. Cita-se por oportuno que o intuito não foi esgotar o conteúdo da disciplina, mas tão somente selecionar os assuntos que mais aparecem em provas de carreiras policiais. O material foi organizado na forma de resumo, bem como se apresenta de maneira simples e completa, com o propósito de condensar o conteúdo, otimizando o seu estudo.

Importante enfatizar que o Direito Administrativo é uma disciplina muito importante para o cotidiano da atividade policial, logo, como futuro policial, você vai praticar atos administrativos todos os dias. Além disso, as questões de Direito Administrativo costumam derrubar muitos candidatos em provas objetivas e subjetivas de concursos, pois o aluno não estuda esta disciplina de maneira eficiente.

Por essas razões, meu objetivo foi fazer com que o leitor compreenda os institutos de Direito Administrativo de uma forma mais leve, rápida e eficaz. Para tanto, utilizei uma linguagem simples e procurei transmitir a vocês um pouco da minha paixão pela matéria.

2. CONCEITO

Meirelles define o Direito Administrativo como o ramo do Direito Público interno composto por *"um **conjunto harmônico de princípios jurídicos** que regem os órgãos, os agentes e as **atividades públicas** tendentes a realizar **concreta, direta e imediatamente,** os **fins desejados pelo Estado**".*

Veja que o conceito de Direito Administrativo é composto de várias informações importantes para compreensão da matéria e, consequentemente, para sua prova. Por isso, vamos estudar a seguir cada um dos elementos mencionados pelo autor retrocitado.

Compreendendo a base do Direito Administrativo

- **Conjunto harmônico de princípios e regras** = Regime jurídico administrativo (estudaremos esse instituto de forma mais detalhada em tópico próprio).
- **Atividades públicas** = Função administrativa, que é concreta, direta e imediata.
  - **Função administrativa:** a doutrina identifica como atividades fundamentais da Administração Pública o exercício do poder de polícia, a prestação de serviços públicos e a execução do fomento (incentivo das atividades privadas de interesse coletivo, por exemplo, isenção de impostos sobre produtos da cesta básica). Alguns doutrinadores ainda acrescentam a intervenção na ordem econômica como atividade fundamental da Administração.

- **Concreta:** diferentemente da função legislativa que é geral e abstrata, a função administrativa é concreta.
- **Direta:** ou parcial, pois a Administração atua como parte interessada e esse interesse se subdivide em:

  interesse público primário, que consiste na vontade da coletividade, no bem comum, tais como o investimento na segurança pública para proteção da sociedade.

  interesse público secundário, que representa a vontade do próprio Estado, enquanto sujeito de direitos e obrigações, tais como verificação do orçamento público, quando a Administração decide contratar novos policiais civis, por meio da realização de concurso público.
- **Imediata:** pois a Administração Pública atua de ofício, independentemente de provocação.
- **Fins almejados pelo Estado**. Repare que a Constituição Federal é quem estabelece os fins desejados pelo nosso Estado, por exemplo, em seu art. 3º está prevista, como fim ou objetivo da República Federativa do Brasil, a erradicação da pobreza. Ocorre que, quem vai executar esta finalidade estabelecida pela Constituição Federal, de forma concreta, é o Direito Administrativo, por intermédio da criação de políticas públicas, programas sociais, que nada mais são do que atos administrativos discricionários. Logo, o Direito Administrativo vai olhar para os comandos da Constituição e concretizar.

3. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

Há dois grandes regimes jurídicos: o regime jurídico administrativo e o regime jurídico da administração.

O **regime jurídico administrativo** é composto pelo conjunto de princípios e regras que disciplinam os agentes, os órgãos e a atividade administrativa. Trata-se das prerrogativas e limitações impostas à Administração Pública em decorrência da supremacia do interesse público sobre o privado, bem como da indisponibilidade do interesse público. Todos os institutos de direito administrativo abordados nesta obra decorrem desse sistema. Cita-se, como exemplo de prerrogativa, a possibilidade de a Administração alterar algumas cláusulas de um contrato independentemente da vontade do contratado. Já como exemplo de sujeição, o fato de a Administração estar obrigada a fazer licitação para compra ou contratação de serviços.

Por outro lado, há casos em que o Poder Público atua despido de sua posição de supremacia, quando, por exemplo, aluga um imóvel a um particular. Nessa hipótese, diz-se que essa relação jurídica será regida pelo regime jurídico privado, o que a doutrina denomina regime jurídico da administração, que é mais amplo.

1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

1.1 DA ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

> Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

O artigo inaugural do Código Penal traz em seu bojo dois importantes princípios, o da anterioridade e o da legalidade estrita (reserva legal), os quais, inclusive, encontram guarida constitucional junto ao art. 5º, XXXIX, da CF/1988, tratando-se, portanto, de cláusula pétrea. Tais princípios têm por fim orientar o legislador no que tange a limitação do poder punitivo estatal mediante imposição de garantias aos cidadãos.

1.1.1 Princípio da Legalidade

Tal princípio estabelece que a lei deve ser a única fonte do direito penal quando se quer tipificar determinada conduta por meio de uma norma incriminadora, de forma que tal lei deve ser emanada do Poder Legislativo e com observância ao processo legislativo previsto na CF. Lembramos que é vedada a edição de medidas provisórias que versem sobre matéria de Direito Penal, conforme art. 62, § 1º, I, alínea *b*, da Carta Magna. Há, contudo, parcela da doutrina que entende ser possível edição de medida provisória de cunho penal quando se tratar de matéria favorável ao investigado.

Para fins didáticos a doutrina ainda subdivide a legalidade em duas espécies: a **legalidade formal** (exige estrita obediência à forma e ao procedimento exigidos para a criação de uma norma, como por exemplo, observância ao rito de tramitação, *quorum* etc.) e a **legalidade material** (exige obediência aos direitos fundamentais impostos pela CF, proclamando que o conteúdo da norma deve respeitar as garantias individuais).

1.1.2 Princípio da anterioridade

Este princípio, por sua vez, defende que tanto a descrição da conduta criminosa quanto a pena cominada devem estar previamente definidas em lei, não se admitindo sua retroatividade, salvo em benefício do réu, restando homenageado o princípio da retroatividade da lei penal benéfica ou da irretroatividade da lei penal maléfica.

Devemos lembrar que além de obediência à anterioridade e à legalidade, a norma penal também deve ser **escrita** (o direito penal pátrio não admite incidência do direito consuetudinário), **estrita** (o direito penal pátrio não admite incidência de analogia, salvo em benefício do réu), **certa** (o direito penal pátrio exige que as leis descrevam taxativamente as condutas proibidas, de forma que todos tenham condição de saber qual a conduta considerada criminosa, pois assim teremos segurança jurídica. Aqui temos o princípio da taxatividade ou da determinação) e **necessária** (em obediência ao princípio da intervenção mínima, o direito penal pátrio exige que a lei seja criada somente diante de uma efetiva necessidade, quando os demais ramos do direito não forem aptos a solucionar a celeuma).

Ressaltamos que os princípios em estudo alcançam também as contravenções penais e as medidas de segurança, de forma que a leitura a ser feita deve ser no sentido de que não há crime nem contravenção penal sem lei anterior que os definam nem pena ou medida de segurança sem prévia cominação legal.

Fundamentos: A doutrina aponta três fundamentos para o princípio da legalidade: o fundamento político, que impede que o poder punitivo estatal seja baseado no livre-arbítrio; o fundamento jurídico, que determina que a lei deve ser prévia e clara para surtir efeito intimidativo; e o fundamento democrático, que impõe que somente o Poder Legislativo, composto por representante do povo, pode regular e estabelecer crimes e penas.

1.1.3 Norma penal em branco

Também conhecida como cega ou aberta é aquela cuja eficácia e aplicabilidade exigem complementação normativa por meio de outro instrumento, vez que seu conteúdo, por si só, mostra-se incompleto. Karl Binding conceitua leis penais em branco como sendo "corpos errantes em busca de alma". Elas existem fisicamente no universo jurídico, mas não podem ser aplicadas em razão de sua incompletude. Quando a complementação se dá por meio uma norma de espécie diversa temos uma norma penal em branco **heterogênea** (ou própria), como ocorre, por exemplo, no caso do crime de tráfico, em que o art. 33 da Lei de Drogas busca complemento na Portaria nº 344/1998 da ANVISA. Quando a complementação se dá por meio de uma norma da mesma espécie temos uma norma penal em branco **homogênea** (ou imprópria), a qual por sua vez se subdivide em duas espécies: **heterovitelinas**: quando o complemento se encontra em diplomas diversos, como ocorre, por exemplo, no crime de ocultação de impedimento para casamento do art. 236 do Código Penal, cuja complementação se dá por meio do art. 1521 do Código Civil e **homovitelinas**: quando o complemento se encontra no mesmo diploma legal, como ocorre, por exemplo, no caso do peculato, previsto no art. 312 do CP, em que o conceito de funcionário público se encontra no art. 327 do próprio código.

1.1.4 Norma penal em branco ao avesso

Como cediço, o tipo penal é composto por dois preceitos, o **primário**, que descreve a conduta proibida, e o **secundário**, que prevê a pena a ser imposta ao autor da infração. Nas hipóteses em que a necessidade de complementação se dá no preceito secundário, teremos uma lei penal em branco ao avesso, como ocorre, por exemplo, no crime de genocídio previsto no art. 1º da Lei nº 2.889/1956, que ao invés de estabelecer penas no próprio tipo penal, o legislador remete o infrator às penas previstas no CP.

1.1.5 Norma penal em branco de fundo constitucional

Aqui temos uma norma penal incompleta em seu preceito primário, cuja complementação se dá no texto da Constituição Federal. Exemplo disso é o crime de abandono intelectual descrito no art. 246 do CP, que prevê a conduta de deixar, sem justa causa, de

1. INTRODUÇÃO

O Direito Processual Penal representa o chamado *jus puniendi* do Poder Público, o poder-dever de punir do Estado.

Em um plano abstrato, genérico e impessoal, o Processo Penal é direcionado contra toda a coletividade.

Já em uma dimensão concreta, o Processo Penal consubstancia a pretensão punitiva do Poder Público contra um suposto autor de infração penal que tenha ocorrido.

1.1 CONCEITO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

O Direito Processual Penal é definido como o conjunto de normas e princípios que regulam a aplicação do Direito Penal.

O Processo Penal consiste no instrumento estatal para impor a sanção penal e, desse modo, a persecução criminal retrata o caminho legítimo para se aplicar essa punição pelo cometimento de um ilícito penal.

1.2 FONTES DO PROCESSO PENAL

A fonte designa a origem de algo, de modo que, ao tratar de fontes do processo penal, busca-se a origem das normas que regulam o processo penal[1].

Nesse contexto, a doutrina costuma classificar em fontes formais (fontes de cognição) e fontes materiais (fontes de produção):

a) **Fontes formais:** trata sobre o veículo do direito, como a lei, decreto etc. No direito processual penal, a fonte formal é a **lei em sentido estrito**, sendo vedada a criação de normas processuais penais mediante Decreto ou outros atos infralegais (arts. 22, I e 62, § 1º, *b*, da CF).

b) **Fontes materiais:** trata sobre quem produz o direito, como a União, os Estados, os Municípios etc. No direito processual penal, a fonte material como regra é a **União**, a quem compete privativamente legislar sobre a matéria (art. 22, I, da CF). Excepcionalmente, os Estados poderão ser autorizados, via Lei Complementar, a legislar sobre matéria de competência privativa da União e há, em relação a procedimentos em matéria processual, competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, na qual a União estabelece normas gerais (arts. 22, parágrafo único e 24, XI e §§ 1º a 4º, da CF).

1.3 FINALIDADES DO PROCESSO PENAL

As finalidades do Direito Processual Penal são divididas em mediata e imediata:

a) **Mediata:** pacificação social pela solução do conflito.

b) **Imediata:** aplicação do Direito Penal.

1 DEZEM, Guilherme Madeira. *Curso de processo penal*. 6 ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 74.

2. POLÍCIA JUDICIÁRIA E REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE ATRIBUIÇÕES

No âmbito da Segurança Pública e da Justiça Criminal, a Constituição Federal estipula uma repartição de atribuições entre as instituições públicas, de modo que a prevenção criminal (polícia administrativa), via policiamento ostensivo, notadamente por meio da presença e do patrulhamento, deve ser desempenhada pela Polícia Militar (art. 144, § 5º, da CF), pela Polícia Rodoviária Federal (art. 144, § 2º, da CF), pela Polícia Ferroviária Federal (art. 144, § 3º, da CF), pelas Polícias Penais (art. 144, § 5º-A, da CF) e pelas Guardas Civis, estas no tocante ao patrimônio municipal (art. 144, § 8º, da CF e Lei Federal nº 13.022/2014).

A seu turno, a repressão penal (polícia judiciária), consistente no desempenho da investigação criminal, é atribuída à Polícia Civil (art. 144, § 4º, da CF) e à Polícia Federal (art. 144, § 1º, I e IV da CF), lembrando que o processo penal é dividido em duas etapas: a primeira **etapa extrajudicial** (para alguns, ainda rotulada "pré-processual") e uma segunda etapa judicial, após oferecimento da peça acusatória (denúncia ou queixa-crime). É na primeira etapa (extrajudicial) que se realiza a investigação criminal e os procedimentos que a formalizam: o inquérito policial e o termo circunstanciado.

O artigo 4º do Código de Processo Penal brasileiro (Decreto-lei nº 3.689/1941) dispõe que a "polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria".

Em sua concepção genuína, a expressão "**polícia judiciária**" consiste na atividade voltada à apuração de autoria, materialidade e demais circunstâncias das infrações penais e ao desempenho de funções de auxílio à prestação jurisdicional penal, exercida pelas Polícias Civis e Federal, sob direção e responsabilidade do Delegado de Polícia.

Portanto, "polícia judiciária" designa a missão constitucional das Polícias Civis e Federal de apurar as infrações penais, vocação que constitui a investigação criminal destinada a revelar a materialidade e a autoria dos fatos potencialmente delituosos verificados no meio social.

A expressão "polícia judiciária" representa a atividade estatal constitucionalmente atribuída às Polícias Civis e Federal e não propriamente o nome dessas instituições públicas e, em seu sentido amplo e genuíno, abrange a atividade de "polícia investigativa", que compreende a apuração das infrações penais.

Anota-se que o vocábulo "circunscrição", previsto no artigo 4º do CPP designa a divisão territorial para fins de repartição da atuação dos órgãos de polícia judiciária.

Oportuno também observar que a expressão "polícia científica" na verdade consiste na atividade (não instituição) de perícia de natureza criminal que assessora a ativi-

1. DIREITOS HUMANOS – ASPECTOS GERAIS

1.1 CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos são um conjunto de direitos que um indivíduo possui, única e exclusivamente, pelo fato de ser um ser humano. São direitos que visam a resguardar os valores mais importantes da pessoa humana: a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a liberdade e a dignidade. Esse objeto de estudo traz normas que têm como objetivo proteger o ser humano de possíveis violações de direitos praticadas pelo Estado (daí a natureza dos direitos individuais) e perpetradas por outros indivíduos (desta feita, a natureza dos direitos sociais).

A expressão Direitos Humanos indica as prerrogativas (em forma de deveres, direitos e garantias) originadas e formatadas nos tratados internacionais mais afetos ao trânsito do Direito Internacional. Essa diferenciação faz Penteado Filho (2011, 2. ed., p. 20), ao cotejar os Direitos Humanos com os Direitos Fundamentais, e estes com os Direitos do homem.

Na primeira expressão, Direitos Humanos, vê-se claramente a preocupação em se atribuir uma visão sistêmica desse ramo do Direito, cuja preocupação maior é promover sua efetividade. Quando falamos em Direitos Fundamentais, temos em mente o sistema jurídico nacional, encimado pela Constituição Federal, em que tais Direitos estão declarados e o próprio texto constitucional lhe confere guarida e abrigo. Claramente, são expressões que indicam uma regra de direito posto, ou seja, direito positivado.

Em outro sentido, a expressão Direito dos Homens decorre da vertente jusnaturalista que, independentemente de sua positivação, deve merecer respaldo sistêmico.

Outras expressões, tais como Liberdades Públicas, Direitos Individuais, Direito dos Povos, também são utilizadas para indicar Direitos Humanos.

1.2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS

Piovesan (2009, p. 54), aponta que os Direitos Humanos refletem um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. Nessa linha, os Direitos Humanos só ganham sentido se compreendidos em seus aspectos históricos, diferentemente dos demais ramos do direito, em que há a criação de uma possibilidade jurídica hoje e sua revogação amanhã.

Antiguidade. Não se falava em Direitos Humanos na Antiguidade (3.500 a.C. a 476 d.C.). Naqueles tempos, não se tinha da pessoa humana o mesmo conceito que serve de fundamento a esses direitos. Nesse período, o direito tinha por finalidade a tutela da vida, a integridade física, a honra, a família e a propriedade privada. Admitiam-se a escravidão e o comércio de pessoas, a pena de morte, as penas cruéis, a tortura e os

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE CRIMINOLOGIA

1.1 SURGIMENTO DA PALAVRA CRIMINOLOGIA

A palavra "criminologia" possui sua origem etimológica no latim *crimen* (crime) e no grego *logos* (estudo), significando então *estudo do crime*.

Esta palavra foi utilizada pela primeira vez em 1879 por Paul Topinard; contudo, ganhou importância internacional com a publicação do livro intitulado "Criminologia", de Raffaele Garofalo, em 1885.

LEMBRE-SE!!!

Surgimento da palavra CRIMINOLOGIA
1879: Paul Topinard
1885: Raffaele Garofalo

1.2 CIÊNCIAS CRIMINAIS

A Criminologia é uma *Ciência Criminal*, juntamente com a Política Criminal e o Direito Penal; contudo, cada uma destas ciências se diferencia das outras por possuir um método próprio de estudo e uma finalidade específica.

Podemos então falar que a Criminologia fornece as bases científicas para o estudo do crime, em razão dos conhecimentos produzidos, enquanto a Política Criminal consiste no conjunto de estratégias do poder público para a prevenção e o controle da criminalidade, e o Direito Penal apresenta a abordagem normativa do delito.

Em razão de seu método empírico e investigativo, focado na realidade social, a Criminologia apresenta os fundamentos para que a Política Criminal transforme esse conhecimento em opções concretas para que o poder público possa prevenir e reprimir a ocorrência do crime, e o legislador possa elaborar normas penais mais adequadas à vida coletiva.

Assim, percebemos que a resposta social ao crime ocorre em três momentos:

I. *fase explicativa:* procura e comprova os fundamentos científicos para a ocorrência do crime, por meio da Criminologia.

II. *fase decisiva:* os fundamentos científicos são transformados em programas, visando à prevenção e ao controle da criminalidade, por meio da Política Criminal.

III. *fase instrumental:* as opções são concretizadas na forma de leis penais, ou seja, normas gerais e obrigatórias, por meio do Direito Penal.

1.3 CONCEITO DE CRIMINOLOGIA

Para o autor Antonio García-Pablos de Molina, Criminologia pode ser conceituada como

> (...) uma ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima, do controle social do comportamento delitivo, e trata de ministrar uma informação válida e contrastada sobre a gênese, dinâmica e variações principais do crime, contemplando-o como problema individual e social, as técnicas de intervenção positiva no homem delinquente e os diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito[1].

Eugenio Raúl Zaffaroni define Criminologia como "a disciplina que estuda a questão criminal do ponto de vista biopsicossocial, ou seja, integra-se com as ciências da conduta aplicadas às condutas criminais"[2].

Já o criminólogo Israel Drapkin Senderey conceitua Criminologia como "um conjunto de conhecimentos que estudam os fenômenos e as causas da criminalidade, a personalidade do delinquente e sua conduta delituosa e a maneira de ressocializá-lo"[3].

Independente do autor escolhido, perceba que alguns elementos se repetem. Podemos, então, resumir o conceito de Criminologia como uma *ciência empírica e interdisciplinar* (métodos de estudo) *que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social* (objetos de estudo).

PRESTE ATENÇÃO

CONCEITO DE CRIMINOLOGIA
Ciência empírica e interdisciplinar
Estuda crime, criminoso, vítima e controle social

1.4 MÉTODOS DE ESTUDO DA CRIMINOLOGIA

Métodos de estudo são os instrumentos por meio dos quais o raciocínio busca entender um fato. *São b*aseados em estudos científicos de experiências comparadas e repetidas, em que a observação substitui a mera especulação.

Na etapa pré-científica da Criminologia, o método utilizado era apriorístico, independente de prática. Era um método formal ou abstrato, caracterizado por ser lógico e dedutivo.

1 SUMARIVA, Paulo. *Criminologia*: teoria e prática. 4. ed. Niterói: Ímpetus, 2017.
2 SUMARIVA, op.cit.
3 SERRANO MAÍLLO, Alfonso; REGIS PRADO, Luiz. *Curso de criminologia*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

1. ORTOGRAFIA

CONCEITO:

A palavra ORTOGRAFIA é formada por dois elementos que por si sós definem a matéria: "orto", com o significado de exato, e "grafia", ação de escrever. **Ortografia é, então, o ato de escrever as palavras corretamente.**

Nas provas de concursos públicos, esse tema é recorrentemente solicitado por meio de enunciados em que se percebem nomenclaturas como: **grafia, escrita das palavras, emprego de homônimas e parônimas, acentuação.**

Sabemos que no sistema alfabético de nossa língua há muitos casos em que um mesmo som pode ser grafado por mais de uma letra ou em que uma mesma letra se usa para grafar mais de um som. Por exemplo, nas palavras "segurança", "cigarra", "auxiliadora", percebe-se **o mesmo som representado por letras diferentes**, mas em "galinha" e "gelo", vê-se **a mesma letra com som diferente**.

Devido a essa característica fonética do nosso idioma, é que foram estabelecidas as normas de ortografia para fundamentar como se devem representar os sons.

Em Língua Portuguesa, muitas palavras têm a grafia definida a partir da etimologia, isto é, da sua origem. Por exemplo, a palavra "liso" é escrita com *s*, porque deriva da forma latina *lisus.* A partir daí surgem alisar, alisante, alisável, todas também grafadas com *s*.

Fora dessa lógica etimológica, é fato que há poucas regras. As que existem, claro, são princípios orientadores que permitem prever a grafia correta. Em outros casos, é preciso memorizar, em especial por meio da leitura constante. Ler é um excelente exercício.

Com a proposta de organizar algumas dessas regras, seguem orientações que facilitarão a resolução dos concursos:

a) Escreve-se com **-ÇÃO**

Palavras derivadas de vocábulos terminados em **-to, -tor, -tivo**

Substantivos formados pela posposição do **-ção** ao radical de um verbo

- erudito = erudição
- exceto = exceção
- setor = seção
- intuitivo = intuição
- redator = redação
- ereto = ereção
- educar - r + ção = educação
- exportar - r + ção = exportação
- repartir - r + ção = repartição

1. CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O COMPUTADOR E OS SEUS PROGRAMAS

1.1 OS "*WARES*"

Em todo início de aula costumo destacar junto aos meus alunos aquilo que chamo de os quatro "*wares*".

- *Hardware*: É a parte física do computador (CPU, Periféricos de entrada e saída). Podemos falar que é todo elemento material da máquina, aqueles em que podemos tocar como o monitor, teclado, mouse, componentes elétricos etc.
- *Software*: É o conjunto de elementos lógicos formados por instruções que o computador entende e que interpreta para realizar determinadas tarefas. São os programas de computador.

Esse termo inclui programas variados, cujos objetivos abrangem uma ampla classe de aplicação. Podem ser diferenciados em quatro grupos:

  - *Software* básico: são os programas que possibilitam o funcionamento do computador gerenciando todos os recursos de *hardware*. Também conhecido como sistema operacional, desse *software* se beneficiam tanto o *software* aplicativo, como também o de desenvolvimento.
  - *Software* aplicativo: são *softwares* que serão utilizados pelos usuários para realização de suas tarefas. Esses aplicativos voltados para as tarefas do dia a dia dos escritórios são conhecidos como "Suíte Office". Como por exemplo, gerenciadores de banco de dados, processadores de textos, planilhas eletrônicas etc. Pacote Office e Pacote LibreOffice são exemplos de *softwares* aplicativos.
  - *Software* de desenvolvimento: são as linguagens de programação utilizadas para criação de programas e sistemas voltados para a informatização de processos nos mais diversos segmentos das atividades humanas. Como exemplos: sistemas de folha de pagamento, sistemas indústrias, sistemas hospitalares, entre outros. C#, PHP, Phyton, Cobol, Javascript são exemplos de *software* de desenvolvimento.
  - *Software* utilitário: é qualquer programa não obrigatório para o funcionamento do computador, porém, é considerado extremamente útil para o seu bom funcionamento. Antivírus, compactadores de arquivos, entre outros, se enquadram nesta categoria.
- Firmware: É a primeira camada de *software* do sistema, que fica gravada em um pequeno chip (ROM) na placa-mãe e que serve para fazer a inicialização da máquina.
- Malware: Programa malicioso. O termo *Malware* (do inglês *Malicious Software*) é dado a um programa desenvolvido para danificar os arquivos, servidores e aplicativos do computador. Pode se propagar na condição de vírus, Spam ou *Spyware*, *Worms*, *Adware*, entre outros. Todo e qualquer *software* que cause danos ao PC, é considerado um programa mal-intencionado, um *Malware*.



Figura 1 – Software × *Hardware*.

1.2 *SOFTWARE* PROPRIETÁRIO X *SOFTWARE* LIVRE

Muito cuidado leitor com o conceito de *software* proprietário e *software* livre. O *software* proprietário é aquele desenvolvido por uma pessoa ou empresa e que cobra pela utilização dele. O pacote Office da Microsoft, figura abaixo, é um exemplo de *software* proprietário.



Figura 2 – Pacote Office da Microsoft (Software proprietário).

Já o *software* livre, é um *software* desenvolvido por uma empresa ou pessoa que além de não cobrar pela utilização do programa ainda permite que o programa possa ser modificado, melhorado e, inclusive redistribuído. O sistema operacional Linux, figura abaixo, é um exemplo de *software* livre.

1. PROPOSIÇÃO

No estudo da lógica, podemos definir proposição toda sentença declarativa (algo que será declarado por meio de termos, palavras ou símbolos), que pode ser avaliada como verdadeira ou falsa. Assim, quando afirmamos "São Paulo é a capital do Brasil", estamos diante de uma proposição cujo seu valor lógico é **falso (F).** Por outro lado, nas frases "Boas festas", "Que belo dia", "que horas são?", não podem ser avaliadas como proposição, pois não conseguimos atribuir um valor lógico **verdadeiro (V) ou falso (F).** Assim, podemos concluir que:

- Sentenças exclamativas: **"Que prova difícil!"**
- Sentenças interrogativas: **"Você aceita uma xícara de café?"**
- Sentenças imperativas: **"Faça-o entrar no carro!"**

Não são proposições, pois não se trata de uma sentença para a qual se possa atribuir um valor lógico.

As proposições são representadas por letras minúsculas (p, q, r, s, etc.). Vejamos outros exemplos de proposições:

p: Roberto é professor de matemática.

q: $10 > 15$

r: Josefa foi a igreja ontem à noite.

Em raciocínio lógico, ao afirmamos que uma proposição é verdadeira (V), (proposição p, acima), podemos representar como valor lógico de (p) = V. No caso da proposição (q), atribuímos o valor lógico de (q) = (F). Na linguagem do raciocínio lógico, uma proposição não pode ser considerada ao mesmo tempo verdadeira e falsa. Pois o raciocínio lógico (lógica clássica) é regido por três princípios fundamentais e que terão que ser sempre obedecidos. São os seguintes:

- **Princípio da Identidade**: Este princípio afirma que tudo é idêntico a si mesmo. Se uma proposição é verdadeira, então ela é verdadeira, e se uma proposição é falsa, então ela é falsa.
- **Princípio da Não Contradição**: Nenhuma proposição pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do Terceiro Excluído**: Uma proposição ou é verdadeira ou é falsa, não podendo ter um terceiro valor.

As proposições podem ser consideradas simples ou compostas:

a) **Proposição simples:** São aquelas sentenças (frases de sentido completo), que vêm sozinhas, é um pensamento singular sem integrar qualquer outra proposição.

Exemplo: "Donald John Trump é médico".

b) **Proposição composta:** É formada pela combinação de duas ou mais proposições simples, ou seja, é aquela em que podemos encontrar ao menos uma outra proposição no seu interior.

PRESTE ATENÇÃO

As proposições compostas, geralmente, veem separadas por algum operador lógico, conectivos ou conectores.

Exemplo de proposição composta: "Júlio não gosta de matemática e a física é uma ciência exata".

1. São Paulo é a capital do Brasil. (É uma proposição simples, cujo seu valor lógico é F)
2. Claudio é delegado ou Edu é professor. (É uma proposição composta, separada pelo conectivo "ou")
3. Quanto foi o resultado do jogo? (É uma pergunta, portanto não pode ser considerada uma proposição, uma vez que não conseguimos atribuir um valor lógico (V) ou (F).
4. $7 > 9$. (É uma proposição simples, cujo seu valor lógico é F).
5. Quero uma sobremesa! (Traduz um desejo, portanto não é uma proposição, pois não conseguimos atribuir um valor lógico).

Vejamos algumas sentenças:

2. SENTENÇAS ABERTAS

Na frase "**Ele foi prefeito de São Paulo**", observe que não é possível atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, portanto ela não é uma proposição. Mas se substituirmos o pronome "**ele**" que aparece na frase, por "Fernando, José, Paulo, Geraldo, Bruno etc.", estamos atribuindo um valor lógico verdadeiro ou falso. Neste caso seria considerada uma proposição simples.

Seja a seguinte sentença: "$x^2 > 10$". Veja que não conseguimos atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso. Seja também "$x + y > 10$", (x e y representam números). Veja aqui também que não conseguimos dizer se é verdadeiro ou falso. Agora se atribuirmos um valor para a variável em questão, aí sim podemos designar um valor verdadeiro ou falso, e com isso a sentença passa a ser considerada uma proposição.

Toda sentença do tipo que contém uma ou mais variáveis, e que não pode ser avaliada como verdadeira ou falsa, é considerada uma SENTENÇA ABERTA.

PRESTE ATENÇÃO

A variável não necessariamente irá aparecer apenas em expressões numéricas, ou seja, para que seja substituída por números. Veja:

- x é a uma cidade metropolitana de São Paulo.
- x é presidente do senado brasileiro.